

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Rafaela da Silva Santos



1290002718



FE

TCC/UNICAMP Sa59c

**Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas:
Uma Reflexão Sobre Sua Atuação no Âmbito da Educação Não-Formal.**

Campinas, Dezembro de 2005.

200606139

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Rafaela da Silva Santos

**Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas:
Uma Reflexão Sobre Sua Atuação no Âmbito da Educação Não-Formal.**

Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau em Pedagogia. Orientado pela professora dr^a Elisa Angotti Kossovitch.

Campinas, Dezembro de 2005.

| | |
|-------------|-------------|
| UNIDADE | F.E |
| Nº CHAMADA: | 100 UNICAMP |
| | Sa59c |
| V: | |
| TOM: | 2418 |
| PROC. | 12312006 |
| C: | X |
| PREÇO: | |
| DATA: | 24 03 06 |
| Nº CPD: | 348154 |

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

| | |
|-------|---|
| Sa59c | <p>Santos, Rafaela da Silva.</p> <p>Centro de orientação ao adolescente de Campinas : uma reflexão sobre sua atuação no âmbito da educação não-formal / Rafaela da Silva Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.</p> <p>Orientadores : Elisa Angotti Kossovitch.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. 2. Educação. 3. Trabalho. 4. Mobilidade social. I. Kossovitch, Elisa Angotti.. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>05-252-BFE</p> |
|-------|---|

DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho à minha amada mãe, Eliana, que em meio a todos os percalços e adversidades da vida, soube me educar em meio a valores de sinceridade, lealdade, força e coragem, não através de palavras, mas sim de atos.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à minha mãe, por incitar em mim o desejo pela leitura e o gosto pelos livros e por me conduzir na descoberta deste magnífico mundo de letras. Agradeço também pelo apoio não só dos últimos quatro anos, mas pelo apoio de toda a vida;

Agradeço ao meu tio Francisco, por ter sido a primeira pessoa a acreditar em mim e me estimular para que eu me desenvolvesse academicamente. Agradeço por me fazer descobrir o quanto eu sou capaz;

Agradeço ao Eder, meu amigo e companheiro, pelo apoio e principalmente pela compreensão, pois foram fundamentais para que eu pudesse caminhar durante estes quatro anos;

Agradeço à professora Elisa Kossovitch, por aceitar me orientar num prazo restrito e à Margareth Park, por aceitar ser a segunda leitora deste trabalho.

SUMÁRIO:

| | | |
|---|--|----|
| 1 | – Introdução..... | 6 |
| 2 | – Metodologia..... | 7 |
| 3 | – Instituição..... | 8 |
| | 3.1 – Identificação..... | 8 |
| | 3.2 – Objetivo..... | 8 |
| | 3.3 – Histórico..... | 8 |
| | 3.4 – Recursos Financeiros..... | 10 |
| | 3.5 – Recursos Humanos..... | 11 |
| 4 | – Os Programas da Instituição..... | 13 |
| | 4.1 – O Programa de Liberdade Assistida..... | 14 |
| | 4.1.1 – Considerações..... | 21 |
| | 4.2 – O Programa de Educação para e pelo Trabalho..... | 24 |
| | 4.2.1 – Considerações..... | 34 |
| | 4.3 – O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar..... | 37 |
| | 4.3.1 – Considerações..... | 40 |
| 5 | – Conclusão..... | 41 |
| 6 | – Bibliografia..... | 49 |
| 7 | – Anexos..... | 50 |
| | 7.1 – Entrevistas..... | 50 |
| | 7.2 – Revista Comemorativa..... | 56 |

1 – INTRODUÇÃO:

“O termo educação abrange um universo que extrapola os muros da escola (...)” (Von Simson; Park; Fernandes, 2001, p.9). Hoje, falar de educação na sociedade capitalista em que vivemos, significa falar não só da instituição escolar formal, designada a transmitir os conhecimentos e os valores selecionados pelo sistema vigente, principalmente com o intuito de manter a ordem estabelecida, mas falar em educação significa também falar de toda sua especificidade enquanto prática social e política, concebendo-a complexa e ideologicamente. Dentro desta amplitude de possibilidades de ações educacionais encontramos as chamadas educação informal e educação não-formal, que se diferenciam da educação formal por sua organização, objetivos e metodologia de trabalho. Segundo Afonso:

“Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto”. (Afonso, apud Von Simson, 2001, p.9).

Assim, de acordo com os conceitos apresentados acima, este trabalho pretende se situar na temática da educação não-formal.

Nossa sociedade está constituída desigualmente quando focalizamos fatores sociais e econômicos. É possível constatar isto diariamente, pelos inúmeros moradores de ruas e desabrigados que vagam, sem poder vislumbrar condições dignas de vida e pelo aumento

dos bolsões de miséria nas grandes cidades brasileiras, locais que não oferecem muitas vezes sequer saneamento básico aos seus moradores. Perante esta cruel realidade social do país, passaram a ser criadas diversas entidades e instituições de caráter assistencial, com diversas frentes de atuação, que, de um modo geral, pretendem prover assistência a determinados grupos sociais por elas estipulados.

A proposta desta pesquisa é que seja feita uma reflexão sobre a prática de uma determinada instituição assistencialista da cidade de Campinas, por mim freqüentada, à luz da noção de educação não-formal, especificada acima.

Partindo da história da constituição do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), — instituição que atende a jovens considerados em “situação de risco”, de diversos bairros da cidade, em duas frentes de trabalho que são: 1- Liberdade assistida, acompanhamento de menores infratores libertos sob supervisão; 2- Educação para e pelo trabalho, capacitação e ingresso dos adolescentes participantes do projeto, no mercado de trabalho —, este trabalho pretende refletir sobre sua atuação e seu papel social, contextualizando a instituição, a partir de seus projetos e práticas educacionais, analisando se esta se caracteriza dentro do conceito de educação não-formal, buscando vislumbrar a efetividade de suas ações e propostas para os grupos já formados pela instituição.

2 – METODOLOGIA:

Para tanto, o trabalho será realizado mediante pesquisa histórica documental da instituição, observação e participação nos projetos educacionais e entrevistas com os sujeitos neles envolvidos, tais como membros da equipe técnica e adolescentes atendidos atualmente pelo programa, além de procurar conhecer a atual situação de adolescentes que já participaram dos projetos realizados na instituição, no intuito de verificar a efetividade da sua ação para com os seus sujeitos.

Assim, esta pesquisa se caracteriza metodologicamente como um estudo de caso, pois sua proposta é analisar e refletir sobre a atuação desta determinada instituição, denominada COMEC, baseando-se para tanto num referencial teórico apoiado na temática da educação não-formal.

3 – CONHECENDO A INSTITUIÇÃO

3.1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas

Endereço: Rua Abolição, 92 – Ponte Preta

CEP: 13045-610 / Campinas, SP

Fone: (19) 3234-1749

E-mail: coordenadoria@comec.org.br

et@comec.org.br

la@comec.org.br

Site: www.comec.org.br

3.2 – OBJETIVO:

O objetivo da instituição se traduz em *“atender adolescentes e seu grupo familiar através de projetos educativos e culturais específicos, em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, promovendo a construção da cidadania.”*(COMEC, 2004).

3.3 – HISTÓRICO:

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC – foi fundado em 1980, por iniciativa do então juiz de menores, Rubens Andrade Noronha e pelo curador de menores, Hermano Santamaria. Esta iniciativa se deu pela inconformidade com o tratamento que era dispensado aos jovens que cometiam infrações. Na época, estes eram apenas encaminhados à Fundação de Bem Estar do Menor, FEBEM, onde ficavam detidos, em regime fechado, sem nenhum acompanhamento pedagógico. Então, contando com

apoio de vários representantes da comunidade campineira, vindos por exemplo, da Puc-Campinas, da Unicamp e da Prefeitura, deu-se início ao projeto da instituição, que tinha como função, trabalhar de maneira inovadora com adolescentes autores de ato infracional, buscando proporcionar à estes auxílio para uma reflexão sobre sua realidade e sua condição, através de medida legal sócio-educativa. A instituição recebeu o nome de COMI, Centro de Orientação ao Menor Infrator. Três anos depois, com o intuito de diminuir o sentido estigmatizante da palavra infrator, o nome foi alterado para Centro de Orientação ao Menor de Campinas – COMEC. Em 1990, foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, o ECA, que substituiu o Código de Menores. Assim, o termo “menor” deixou de ser utilizado e a instituição passou a se chamar Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, mas mantendo a mesma sigla – COMEC.

A instituição foi então estabelecida como uma organização pública, não-governamental, filantrópica, sem fins lucrativos, que atende a adolescentes de todo o município de Campinas. Seu objetivo básico é contribuir para a prevenção do contato destes jovens com a criminalidade, atuando junto a eles e suas famílias, através de acompanhamento e orientação de profissionais capacitados, de diversas áreas. Para tanto, este trabalho se pauta na Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU, de 1959, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sendo que para esta última as diretrizes seguidas são as do artigo 2º:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (LOAS, 1983).

Há 25 anos, o COMEC vem desenvolvendo trabalhos que visam a promoção social e pessoal dos adolescentes e familiares por eles atendidos. Buscando oferecer um serviço que atenda à demanda de sua clientela, a instituição procura sempre manter parcerias com outras instituições que se façam necessárias para complementar o seu programa. As parcerias mantidas mais constantemente são: o CRIAD (Centro de referência e Informação em Alcoolismo e Drogadição), o Instituto Souza Novaes e a Fazenda Padre Haroldo, para onde são encaminhados adolescentes que façam uso abusivo de substâncias psico-ativas; o CRAISA que cuida da saúde dos adolescentes; o Resgate, instituição responsável por atender aos adolescentes em medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade; o Renda Mínima, para onde são encaminhadas as famílias com maiores dificuldades financeiras; o Serviço de Atendimento à Família (SAF), para onde são encaminhadas as famílias com problemas familiares mais graves; as Unidades de Internação Provisória, que atendem aos adolescentes que cometeram atos infracionais; o departamento de Psiquiatria da Unicamp, os Centros de Atenção Psico-Sociais (CAPS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Convivência para onde são encaminhados casos mais graves de saúde mental.

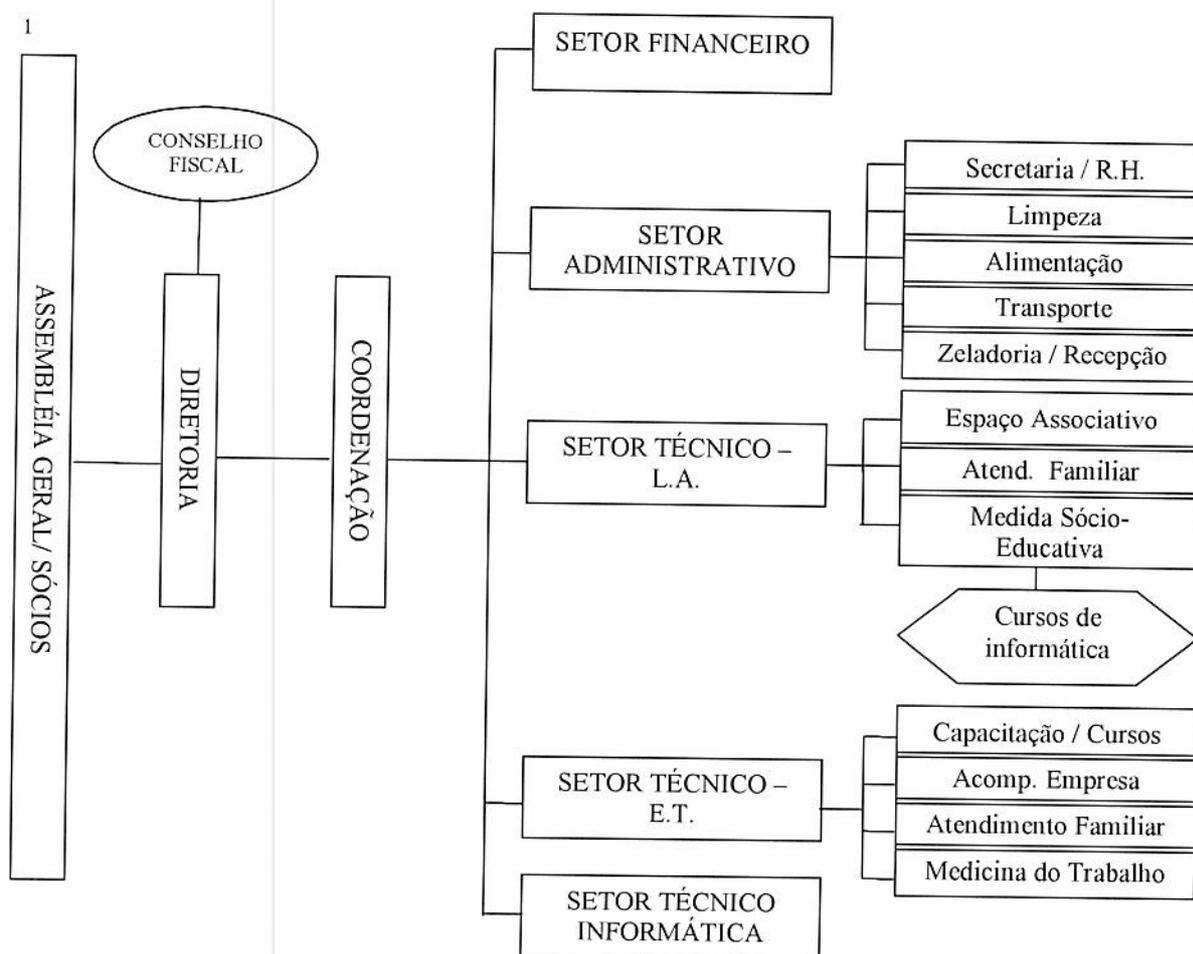
3.4 – RECURSOS FINANCEIROS:

A manutenção da instituição se dá mediante recursos financeiros obtidos através de diversos convênios, tais como com a Federação das Entidades Assistencialistas de Campinas (FEAC), com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social que destinam ao COMEC uma dotação mensal. A Fundação de Bem Estar do Menor de Campinas (FEBEM), disponibiliza dois funcionários e mais uma dotação mensal para cem adolescentes. Há também a parceria com a Associação Caminhando Juntos (ACJ), uma ONG internacional, que procura instituições que capacitem jovens para o mercado de trabalho e que, a partir de projetos apresentados por elas, selecionam as parceiras, fornecendo 40 mil reais por projeto anual, para o investimento na capacitação e no encaminhamento destes jovens ao mercado de trabalho. O primeiro

convênio do COMEC com a ACJ se iniciou em 2003, com um projeto de parceria de um ano, mas já está sendo desenvolvido o segundo projeto. A complementação da verba se dá por meio da administração das taxas operacionais sobrevividas dos convênios de um dos programas da instituição, o Programa de Educação para e pelo Trabalho, do qual falaremos adiante, e de doações de sócios contribuintes.

3.5 – RECURSOS HUMANOS:

A organização administrativa da instituição é coordenada em cinco setores que apresentamos no organograma a seguir:



¹ O organograma apresentado foi extraído do relatório anual do ano de 2004 da instituição.

Os recursos humanos da instituição são constituídos por:

Uma diretoria, composta por voluntários, eleitos pela assembléia geral para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos ao cargo uma vez, sendo um presidente, um vice-presidente, um diretor administrativo, um suplente de diretor administrativo, um diretor de capacitação de recursos, um suplente de capacitação de recursos, um diretor de comunicação e marketing e um suplente de diretor de comunicação e marketing;

Um conselho fiscal também eleito pela assembléia geral de sócios para um mandato coincidente com o da diretoria, também com recondução por mais um mandato;

Uma equipe de trabalho administrativa, composta por:

- 1 coordenadora administrativa;
- 1 coordenador financeiro;
- 1 encarregado de informática;
- 2 auxiliares administrativos;
- 1 recepcionista;
- 1 zelador;
- 1 faxineira;
- 1 merendeira;
- 1 motorista;

Uma equipe de trabalho responsável pelo programa de Liberdade Assistida, composta por:

- 2 terapeutas ocupacionais;
- 3 psicólogas;
- 2 assistentes sociais;
- 1 monitor de informática;
- 1 oficinaira;
- 5 estagiárias de terapia ocupacional (PUCC);
- 1 estagiária de assistência social (PUCC);
- 1 estagiária de administração (PUCC);
- 1 estagiária de direito (PUCC);
- 2 estagiárias de psicologia (PUCC);

Uma equipe de trabalho responsável pelo programa de Educação para e pelo Trabalho, composta por:

- 1 pedagoga;
- 2 assistentes sociais;
- 3 psicólogos;
- 1 médica do trabalho;
- 3 terapeutas ocupacionais;
- 1 monitor de informática;
- 3 estagiárias do curso de terapia ocupacional (PUCC);
- 6 estagiárias do Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas (IPPGC);
- 1 estagiária da Faculdade de Educação (UNICAMP);
- 5 estagiários do Instituto de Matemática (UNICAMP);
- 1 estagiária do Instituto de Dança(UNICAMP).

Todas as equipes são compostas de um coordenador específico e há também um coordenador geral da instituição. Há também há atuação de 10 voluntários em variadas áreas e atividades.

O COMEC está instalado numa sede composta por duas casas próprias, localizadas no bairro Ponte Preta e uma casa contígua alugada desde 2002 – totalizando 24 salas, sendo 13 de atendimento ao usuário, 2 salas de recepção, 3 salas para a equipe técnica, 4 salas para a administração, 1 cozinha e 1 refeitório;

A instituição possui equipamentos de informática, sendo 5 computadores para equipe técnica, 6 para o setor administrativo e 7 para os usuários, totalizando 18 máquinas. Atualmente 11 computadores estão ligados em rede e com acesso à internet por banda larga. Há ainda 5 impressoras, 1 *scanner* e 2 *hubs*; móveis e utensílios de acordo com a necessidade do atendimento; 4 linhas telefônicas, fax e 1 copiadora xerox; 1 veículo; 2 bibliotecas, sendo 1 técnica e 1 para o usuário; 1 videoteca e TV a Cabo; materiais pedagógicos necessários aos atendimentos.

4 – OS PROGRAMAS DA INSTITUIÇÃO:

O COMEC desenvolve três programas de orientação e resgate da cidadania, pautados em problemas gritantes e cruciais da sociedade em que vivemos, buscando atender aos adolescentes e aos seus familiares em situação de risco, proporcionando o enfrentamento, e a reflexão crítica da problemática apresentada e permitindo que seus usuários vislumbrem a possibilidade de novas expectativas pessoais e sociais.

Os programas são: Liberdade Assistida, Educação para e pelo Trabalho e programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, os quais descreveremos e analisaremos a baixo.

4.1 – PROGRAMA de LIBERDADE ASSISTIDA:

Este programa foi o primeiro a ser trabalhado no COMEC, desde a inauguração da instituição, tendo por objetivo acompanhar adolescentes autores de ato infracional que foram designados a cumprir medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, segundo os Artigos 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, o qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses. Podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

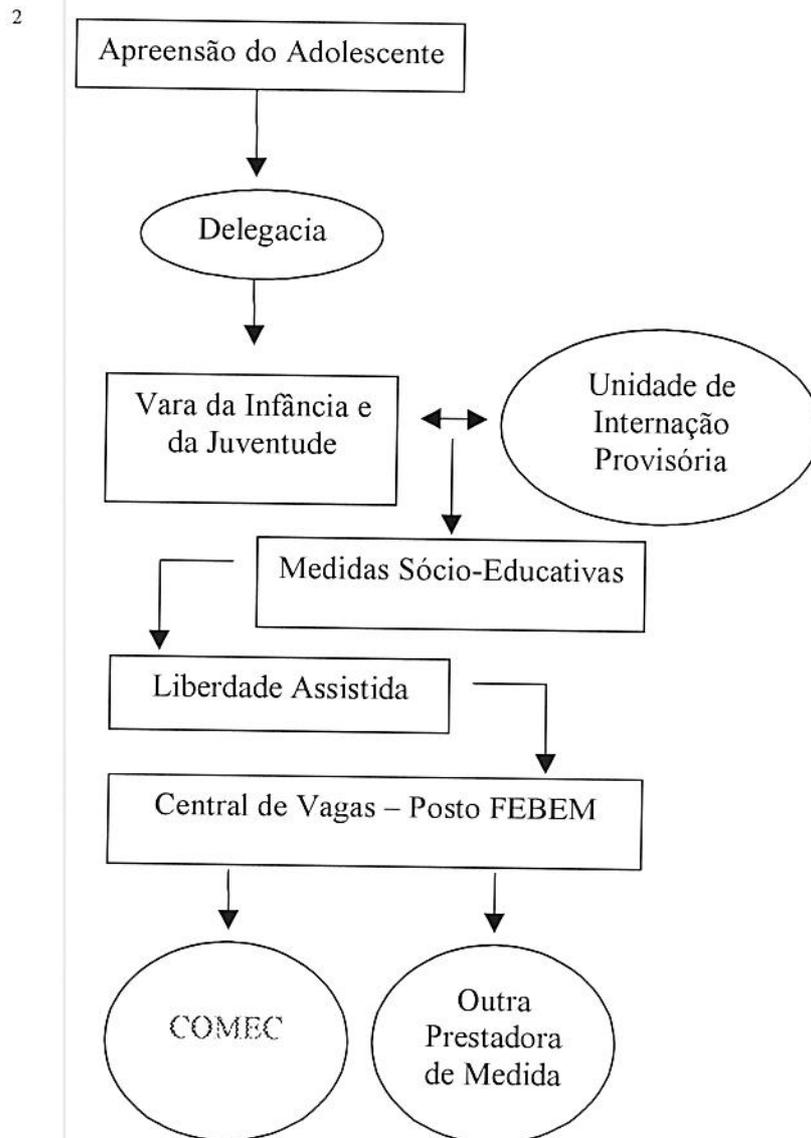
I – promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II – supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III – diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV – apresentar relatório do caso. (ECA, 1990)

Desta maneira o caminho que o adolescente infrator percorreu ao ingressar neste programa pode ser apresentado do seguinte modo:



É possível assim delimitar uma certa clientela para este programa. É fácil percebermos que os adolescentes atendidos por ele, são social e economicamente desfavorecidos e não se encontram em muitos casos em circunstâncias adequadas e dignas de cidadania, rodeados por uma péssima qualidade de vida, na maioria das vezes moradores de bairros periféricos da cidade, que não contam nem com saneamento básico apropriado e

² O organograma apresentado foi extraído do relatório anual do ano de 2004 da instituição.

que possuem pouca ou nenhuma expectativa de mobilidade social. Assim para alguns adolescentes nesta situação se torna muito atrativo o ato infracional, que se apresenta a estes de maneira como uma forma de renda pessoal e familiar fácil, rápida e farta, o que faz com que muitos se interessem e ingressem neste caminho criminal, em detrimento de qualquer outro trabalho legal que lhes proporcione um ganho inferior, quando têm esta oportunidade. Podemos perceber então que esta adolescência é a continuidade de uma infância que sobreviveu a muitas adversidades familiares e sociais e que busca nas ruas construir seus laços afetivos, criando gangues e buscando o prazer e o lazer, muitas vezes, no uso de drogas.

Os adolescentes atendidos pelo programa são de ambos os sexos, prevalecendo o sexo masculino, na faixa etária de 14 a 20 anos e a maioria com o curso de ensino fundamental incompleto, sem condições de inserção no mercado formal de trabalho ou vítimas de subempregos.

Conseqüentemente o objetivo principal do atendimento é orientar o adolescente, de acordo com um plano personalizado, a partir de metas traçadas por ele próprio, junto com seu orientador, priorizando a freqüência ao COMEC, a matrícula e a permanência na escola formal e o encaminhamento para o mercado de trabalho ou para cursos profissionalizantes e formativos, quando possível e/ou disponível.

O fato de estar em meio aberto, ou seja, na família, com vizinhos e com amigos, possibilita ao adolescente o estabelecimento de relações positivas, base de sustentação do processo de educação/formação.

Operacionalizando o Estatuto da Criança e do Adolescente, a instituição pretende através dos projetos deste programa desenvolver atividades tanto de caráter educativo, quanto terapêuticos, promovendo o desenvolvimento integral do adolescente atendido, visando oferecer-lhe subsídios para exercer conscientemente a sua cidadania, desenvolvendo conhecimentos e habilidades, por meio de programas de orientação e apoio sócio-familiar, de promoção à saúde, de orientação e tratamento de adolescentes dependentes de substâncias psico-ativas, de assistência jurídico-social, motivando o resgate da identidade étnica, de gênero e reforçando a auto-estima.

Em relação ao acolhimento do adolescente, devem sempre ser considerados por parte da equipe técnica de trabalho, o respeito à linguagem e compreensão do mundo do

adolescente, o vínculo afetivo, o estímulo e a orientação para a construção de um projeto de vida. Para tanto, a equipe trabalha multidisciplinarmente, independente da formação profissional de cada membro, discutindo coletivamente os casos e emitindo pareceres conjuntos. Essa equipe tem supervisão institucional, técnica, pedagógica e jurídica externas à instituição.

Quanto aos procedimentos de trabalho da equipe técnica do programa de Liberdade Assistida, podemos elencar os seguintes processos:

- Atendimento individual do adolescente e de seu responsável, realizado pelo orientador-educador, visando às seguintes providências: interpretação da sentença, apresentação da entidade com suas normas de funcionamento e regularização da documentação civil e escolar. Todos os adolescentes são admitidos ao programa por ordem judicial e o único documento exigido é o termo de Liberdade Assistida, caso ele não possua os demais documentos será orientado durante o atendimento a providenciá-los;
- Realização de entrevista para coleta de dados com o adolescente e seu responsável, com o objetivo de conhecer dados pessoais, endereço, composição familiar, condições de moradia, escolaridade, condições de saúde, desenvolvimento neuro-psico-motor e rotina diária da família;
- Apresentação do caso para discussão em reunião de equipe;
- Elaboração de plano de atendimento personalizado em conjunto com o adolescente e família;
- Realização de visitas domiciliares;
- Realização de visitas técnicas a locais de frequência do adolescente: escola e emprego (quando houver e se for necessário);
- Inserção do adolescente em atividade individual ou grupal na entidade;
- Inserção dos responsáveis em grupo de orientação;
- Elaboração de relatórios sociais à autoridade competente;
- Avaliação do atendimento realizado, a partir da decisão judicial de continuidade ou cessação da medida.

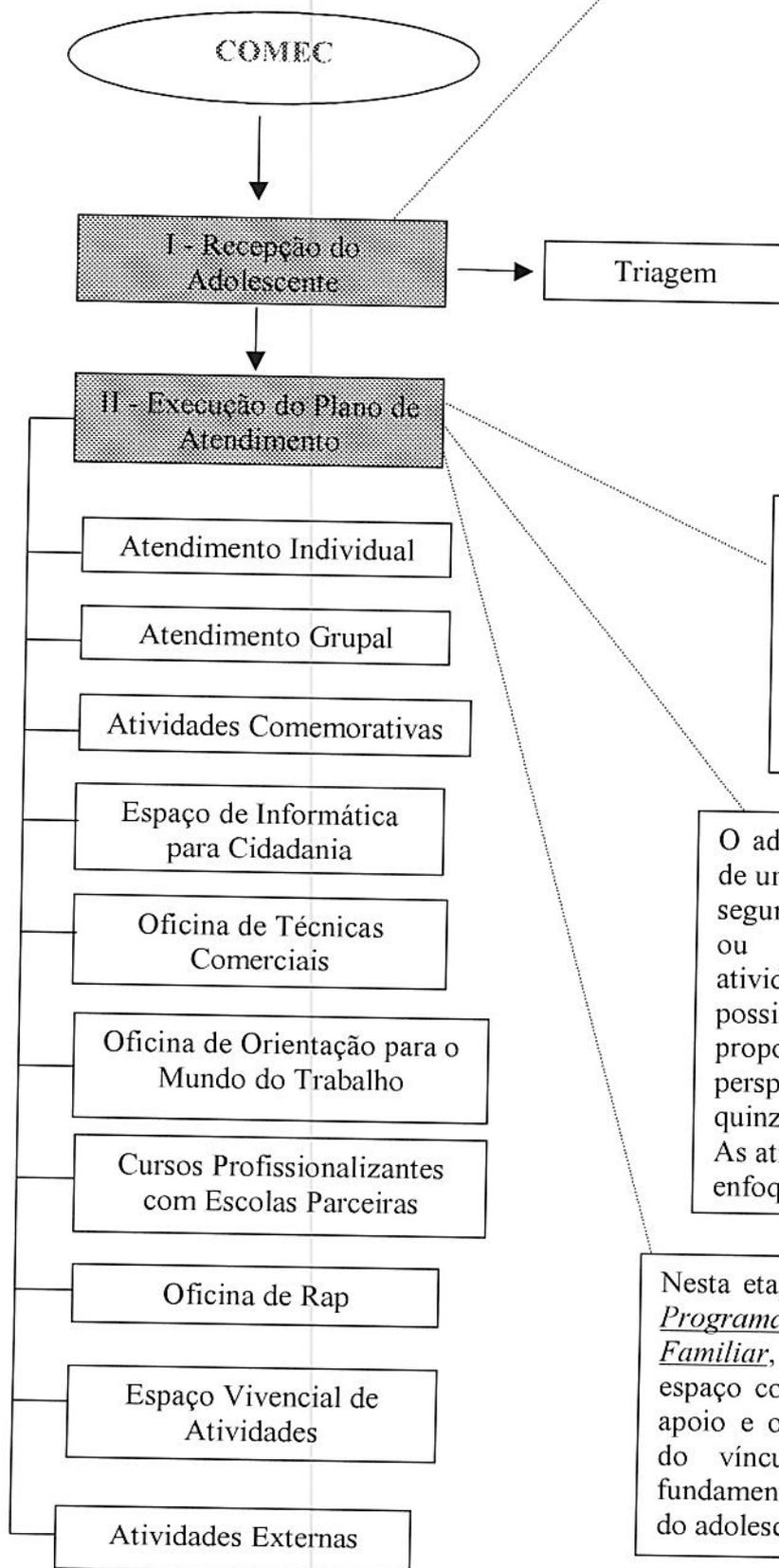
Uma vez inserido no programa, o adolescente é inicialmente encaminhado para um grupo de acolhimento, enquanto a equipe técnica discute qual o tipo de atendimento e o

grupo mais adequado a ele e se há a necessidade de atendimento por outro programa de instituição parceira, como por exemplo, o CRIAD, após essa decisão ele passa a ser atendido pelo seu orientador semanalmente, em sessões individuais ou grupais, de uma a quatro horas de duração, dependendo da decisão da equipe. Seus familiares ou responsáveis também são atendidos em grupo por profissional diverso e todos recebem após as sessões vale-transporte e alimentação. As atividades realizadas em grupo pelos adolescentes não são sempre as mesmas, pois os grupos são estruturados pelo técnico, de acordo com os interesses e necessidades trazidos por eles. Esses projetos de trabalho aproximam o adolescente, de maneira não formal, de situações reais de aprendizagem, uma vez que ele planeja, executa, vive o processo e o avalia, tanto no que diz respeito à eficiência do mesmo, como na superação de suas dificuldades.

“O adolescente em Liberdade Assistida, por seu próprio histórico de vida, geralmente recheada de fracassos escolares, sente muita tensão diante das situações de aprendizagem em que a cognição, a afetividade e a ação não se integram, não fluem livremente. Por isso, a aprendizagem deve acontecer de maneira informal para que, a partir do desenvolvimento de seu repertório, o adolescente fique mais seguro e preparado para acompanhar a educação formal oferecida pela escola.” (COMEC, 2001).

O trabalho em grupo também contribui para a integração grupal, a vivência coletiva, a troca de experiências, de conhecimentos e o vínculo grupal, levando os adolescentes a construírem com o auxílio de seus companheiros e colegas, novos projetos e metas pessoais, aprendendo a conviver com perdas, frustrações e desenganos, mas aprendendo a construir coletivamente valores, ética e respeito mútuo.

Assim o trabalho desenvolvido com os adolescentes participantes do programa de Liberdade Assistida pode ser demonstrado da seguinte maneira, apresentada no relatório anual do COMEC de 2004:



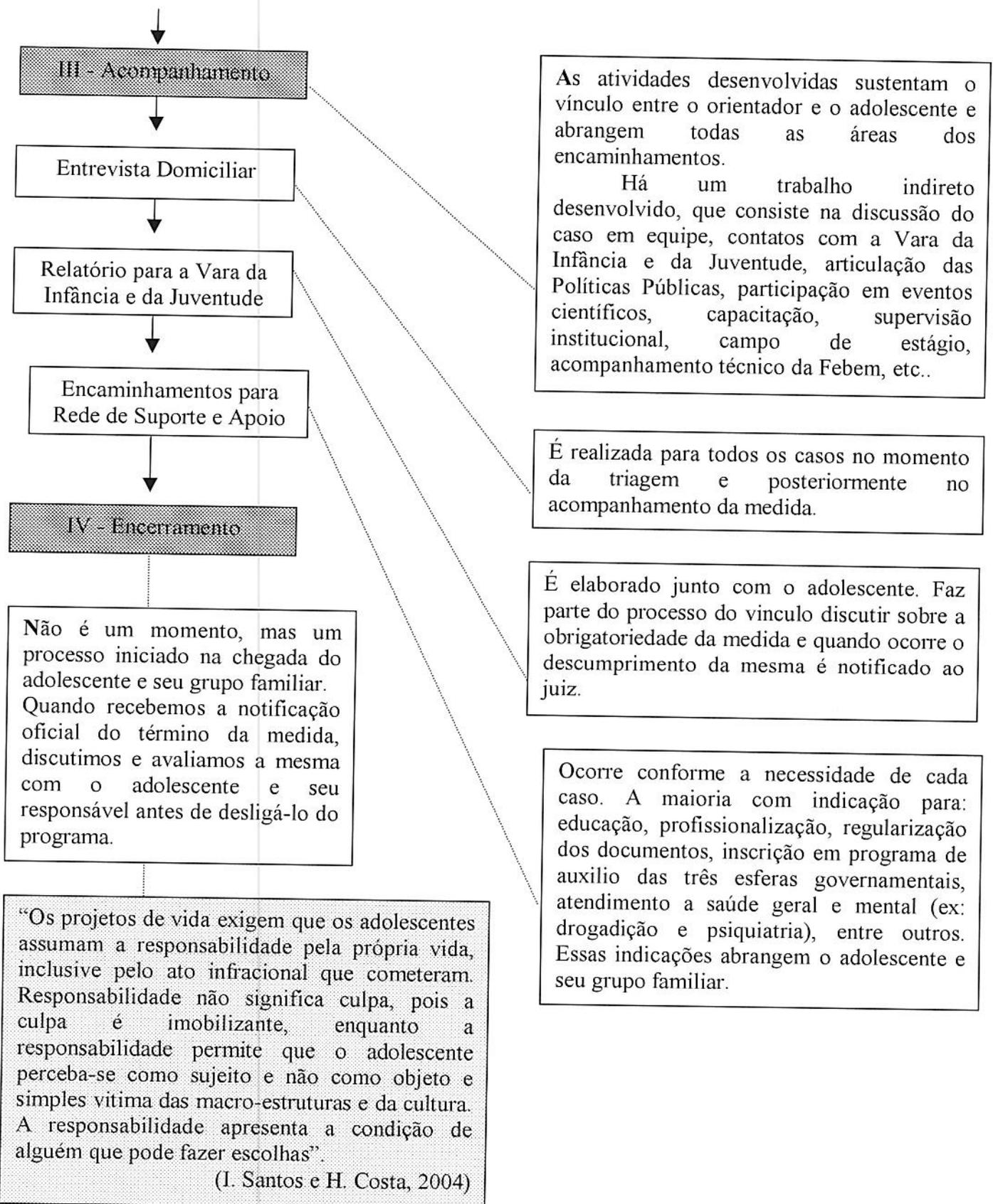
Esta é a primeira e uma das mais importantes etapas do programa. É realizado o acolhimento inicial, orientação institucional, interpretação da medida e coleta de dados individuais. Utilizando como instrumental entrevistas semidirigidas com o adolescente e seu responsável.

Após estudo do caso é elaborado o plano personalizado de atendimento, que consiste na construção de um projeto presente para o futuro, vislumbrando o exercício de seus deveres e direitos.

A medida de Liberdade Assistida deverá garantir aos adolescentes estabilidades nas condições cotidianas de vida: moradia, atendimentos emergenciais de saúde, lazer, documentação, transporte e alimentação.

O adolescente tem como opção participar de uma ou várias das atividades propostas, segundo suas necessidades, habilidades e ou interesses. As diversidades das atividades propostas pretendem oferecer possibilidades de escolhas que proporcionem novas aquisições e perspectiva de vida e podem ser semanal, quinzenal ou mensal. As atividades externas são realizadas com enfoque na cultura, lazer e cidadania.

Nesta etapa a família é encaminhada para o *Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar*, garantindo ao grupo familiar espaço compatível para acolhimento, escuta, apoio e orientação, possibilitando o reforço do vínculo familiar como primeiro e fundamental, para um novo projeto de vida do adolescente.



O programa tem capacidade para atender a 160 jovens por mês, os quais passam por um processo de avaliação que ocorre de maneira contínua e processual e que tem como aspectos de observação, assiduidade, pontualidade e empenho no cumprimento da medida; relacionamento com os demais grupos sociais: família, amigos, orientadores, funcionários e gestores da entidade; realização adequada dos compromissos assumidos no plano de atendimento; não reincidência no ato infracional; cessação do uso de drogas e a assiduidade no tratamento especializado quando necessário; envolvimento da família e mudança de atitude no que se refere ao acompanhamento do adolescente. Após cada atendimento são feitos relatórios individuais sobre cada adolescente e as discussões dos casos são feitas em reuniões semanais que conjugam toda a equipe técnica deste programa. Também são enviados trimestralmente relatórios informativos a cerca dos casos acompanhados à Vara da Infância e Juventude

O desligamento do adolescente da instituição se dá geralmente por liberação do juiz, após o cumprimento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, mas em alguns casos pode ocorrer ainda por abandono, desistência ou por encaminhamento a outros programas de acompanhamento de medida sócio-educativa ou de tratamento do uso de substâncias psico-ativas.

4.1.1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA:

“O mundo moderno muitas vezes dá a sensação de que o sucesso está ligado apenas ao acerto e a comportamentos considerados socialmente adequados, mascarando a existência de erros e de aspectos negativos neste processo e esperando, de certa forma, que todos sigam caminhos iguais para obtê-lo, como se não fosse possível aprender com as falhas, somente com a perfeição.”

(COMEC, 2001).

Se considerarmos que a educação é um processo de construção, iniciado a partir do conhecimento do aluno e da interação deste com o meio social que o cerca (Vigotsky, 1998), e atentando para o fato da condição sócio-econômica dos adolescentes participantes do programa de Liberdade Assistida, não podemos tê-los apenas como infratores, mas também como vítimas socialmente construídas pela situação à que são expostos, de abandono social e político e de privação de oportunidades de vida dignas.

“A tendência do homem à violência é um aspecto essencial da formação social e, como tal, deve ser analisado: como uma tendência humana que está presente na própria constituição e organização das sociedades.”(Ximenes, 2001). A atuação junto ao adolescente em L.A. não pode então partir da negação de sua agressividade, gerada muitas vezes principalmente pela inconformidade com a sua posição social, pela falta de oportunidade no mercado de trabalho, pela pouca expectativa de mobilidade social e pela situação inadequada de moradia e muita vezes indigna em que ele é forçado a viver. Deve sim partir da orientação, para que ele reconheça sua condição, aprenda a manejá-la e a trabalhar com as possibilidades de transformação de sua realidade.

A identificação da motivação de cada sujeito também é um ponto de partida para sua educação, bem como a criação de um vínculo afetivo de confiança no orientador de L.A. Assim a educação deve aparecer de maneira contextualizada, relacionada com os aspectos da vida cotidiana do adolescente, objetivando um posterior aproveitamento dele na escola. Além disso, a construção de uma identidade saudável pressupõe que o sujeito se perceba como participante de um grupo, com uma visão de mundo construtiva, que parta do respeito à natureza, a si mesmo e aos outros e objetive contribuir, de maneira autônoma e cidadã, para a melhoria da qualidade de vida em sociedade. E que o auxilie a construir uma concepção de mundo diferente daquela que o envolveu na prática do ato infracional. Desta maneira o papel do educador de L.A. *“... não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele (educando), mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa.”*(FREIRE, 1987).

Por conseguinte o objetivo destes educadores é levar estes adolescentes a refletirem sobre suas “situações-limite” e ultrapassarem suas barreiras, construindo um outro parecer sobre a significação que despendem ao mundo que os cerca , pois se os homens *“...são consciência de si e assim, consciência do mundo, porque são um “corpo consciente, vivem*

uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade.”(FREIRE, 1987). E é precisamente tarefa do educador conduzir os adolescentes à esta consciência.

O trabalho desenvolvido pelo programa de Liberdade Assistida do COMEC, procura despertar ainda o conhecimento dos jovens para a construção de uma identidade crítica frente à sua posição social, desvelando mitos impostos pela categoria social dominante e guiando-os de acordo com GOHN (2005), a estruturar visões de mundo diferenciadas, que não inferiorizem sua cultura em razão da cultura dominante, demonstrando que a cultura popular é a base para a construção de mudanças e transformações sociais e que esta só será possível mediante a reflexão e a atitude crítica das concepções sociais, políticas e econômicas que permeiam nossa sociedade.

No entanto, o trabalho deste programa não pode ser caracterizado efetivamente como educação não-formal, pois embora seja desenvolvido um trabalho de visão crítica e construtiva da realidade não podemos desqualificá-lo também de seu caráter reformador e coercitivo, pois sua principal função é acompanhar os jovens que cometeram atos ilegais, acompanhando e orientando sua formação, mas também vigiando suas ações, no intuito de verificar se eles realmente estão dispostos a serem agentes de sua própria transformação. Analisando o programa, não há como negar que o trabalho realizado é permeado por ações educacionais, que visam promover a consciência crítica dos participantes dele, porém se o caráter básico da educação não-formal é traduzido em que esta seja uma educação transformadora, não há como no momento dizermos certificadamente que as atividades desenvolvidas pelo programa de Liberdade Assistida têm plenamente um caráter transformador, seria mais exato contextualizá-lo como um programa de orientação, associado à correção legal dos menores atendidos, que busca fomentar a estes condições para a construção de uma identidade crítica.

O trabalho desenvolvido pela instituição por este programa, não é desmerecido por esta consideração, mas necessitamos diferenciar ações educativas gerais de ações de educação não-formal. Se olharmos a constituição profissional da equipe técnica de L.A., podemos perceber que embora haja uma complexidade de profissões da área de humanas, mais especificamente da área social, há carência de um profissional específico da área de educação, que pudesse orientar de maneira mais clara e objetiva as ações numa perspectiva de educação não-formal..

4.2 – PROGRAMA de EDUCAÇÃO para e pelo TRABALHO:

O Programa de Educação para e pelo Trabalho foi iniciado em 1991, a partir de um convênio que a Caixa Econômica Federal propôs à Secretaria de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Campinas, para a administração de um projeto de Educação para e pelo Trabalho. O COMEC foi então indicado por esta Secretaria para desenvolver este programa, firmando assim um convênio com a Caixa Econômica Federal, que durou até o ano de 2001.

Este programa teve como pauta inicial encaminhar adolescentes em situação de risco pessoal e social, estudantes, para o mercado de trabalho formal, segundo os Artigos 65 e 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, descritos abaixo:

Art. 65 – Ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos (quatorze) anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 68 – O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo. (E.C.A., 1990)

No entanto a partir de 18 de dezembro de 1998, com a emenda institucional número 20, que altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a idade mínima para o adolescente trabalhar passa de 14 para 16 anos, considerando proibido qualquer jovem com idade inferior a esta desenvolver atividade trabalhista, exceto quando na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

Assim o COMEC, se adequando à lei, volta sua orientação para adolescentes entre 16 e 18 anos, e não mais entre 14 e 18, continuando a oferecer a estes capacitação para o exercício de atividade regular remunerada, com os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados e garantindo sua permanência no ensino formal.

Mas, no ano de 2000, foi promulgada a lei 10.097, Lei do Aprendiz, a qual estabelece novos parâmetros sobre a situação de aprendizagem do adolescente no mercado formal de trabalho, alterando dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Desta maneira o programa de Educação Para e Pelo Trabalho continua a se organizar de acordo com sua pauta inicial, mas se adaptando às novas formulações legais, continua a promover a capacitação dos jovens para o mercado de trabalho e sua inserção nele, mas agora essa inserção pode ser feita tanto pela CLT quanto pela lei do aprendiz, sendo que para os contratos efetivados por esta segunda lei, são utilizados como pauta os artigos da CLT alterados pela Lei do Aprendiz, transcritos abaixo aqueles que de maneira mais direta e pertinente influíram na mudança do desenvolvimento do programa relativamente ao tipo de contrato estabelecido para os adolescentes junto às empresas conveniadas.

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 428 Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação;

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

favorável, § 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais
será garantido o salário mínimo hora;

estipulado § 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser
por mais de dois anos;

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o
caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas,
metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva
desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Art. 431 A contratação do aprendiz poderá ser
efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas
entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não
gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não
excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a
compensação de jornada;

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até
oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o
ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas
à aprendizagem teórica.

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á
no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda
antecipadamente nas seguintes hipóteses:

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do
aprendiz;

II - falta disciplinar grave;

perda III - ausência injustificada à escola que implique
do ano letivo; ou

IV - a pedido do aprendiz.

Assim, a lei do aprendiz retirou dos adolescentes direitos trabalhistas, como 6% do fundo de garantia e a multa em caso de demissão, mas por outro lado, garantiu a estes acompanhamento por parte das empresas e da entidade responsável pela capacitação com o intuito de prepará-los efetivamente para o mercado de trabalho.

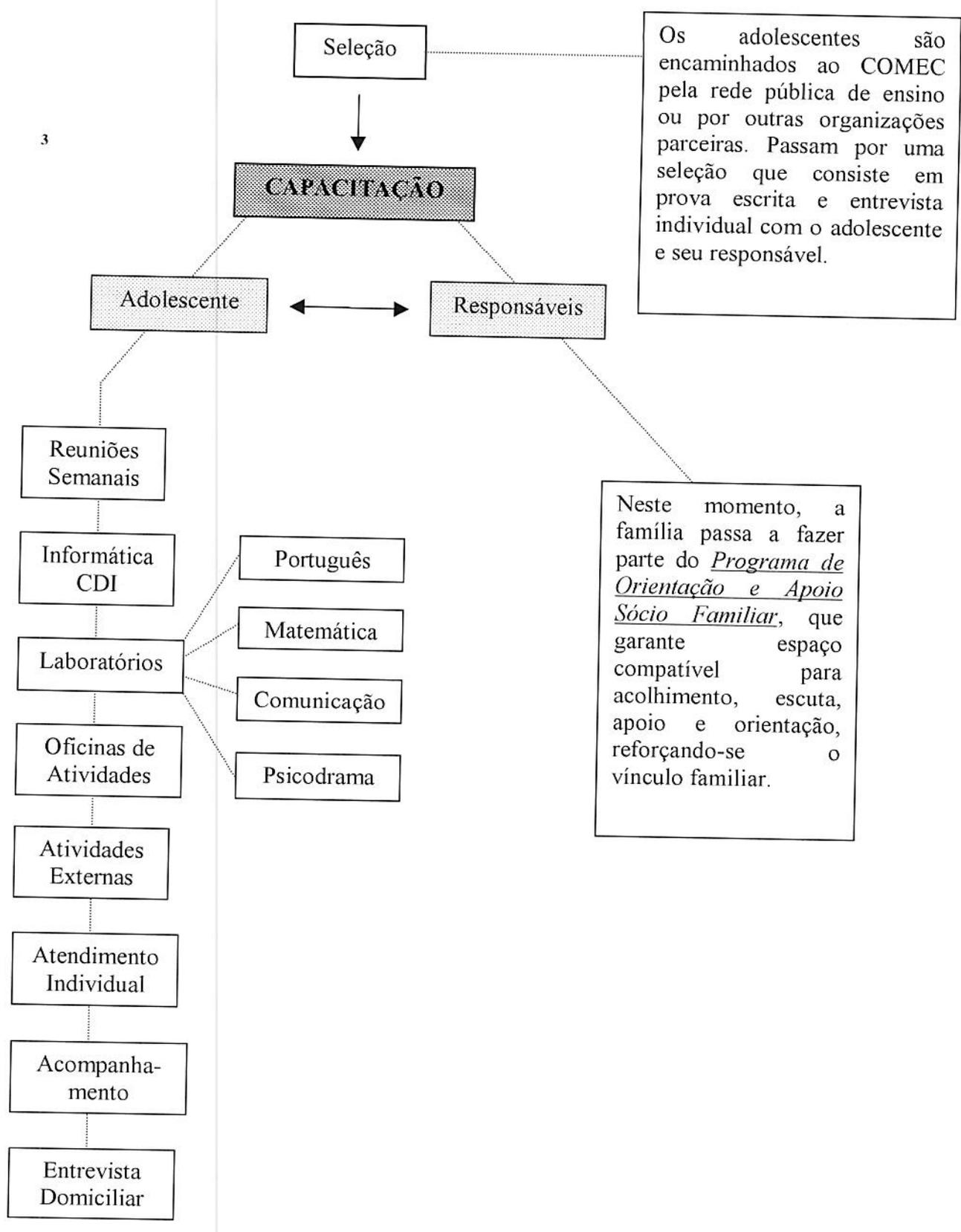
Independente da lei trabalhista escolhida para fomentar o contrato de trabalho, CLT ou lei do aprendiz, o programa de Educação para e pelo Trabalho, pretende proporcionar aos adolescentes em situação de risco, selecionados para participar do projeto, uma outra possibilidade de expectativa de vida, pautada na construção de uma identidade crítica e reflexiva de sua realidade, que leve à consciência e ao aprimoramento de sua formação cultural, social e ética, através da inserção deles no mercado de trabalho formal, distanciando-os assim dos entorpecentes e da criminalidade, que muitas vezes são

familiares a eles, por sua presença constante, real e intensa na comunidade em que vivem. Pretendendo por meio disto contribuir para o crescimento pessoal destes jovens, baseando-se sempre no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para tanto a instituição oferece em seu programa: capacitação, contrato de trabalho e acompanhamento, que devem ser obrigatoriamente concomitantes com a matrícula e a assiduidade na escola formal. A capacitação será feita de acordo com a formação necessária para executar a função de auxiliar administrativo.

A seleção para a participação no programa segue alguns critérios que não pretendem ser excludentes, mas que visam estabelecer o nível de necessidade dos adolescentes inscritos para participar dele. Já que a demanda é maior do que a oferta de vagas. Podemos assim dizer que existem duas etapas seletivas. Primeiramente, há uma parceria com as escolas da rede pública, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e instituições filiadas à FEAC (Federação das Entidades Assistencialistas de Campinas), que encaminham os adolescentes ao COMEC. Depois, os adolescentes encaminhados passam por um outro processo no COMEC, que consiste em uma prova, com problemas matemáticos e uma redação sobre sua vida e seu interesse na instituição e em uma entrevista individual com o adolescente e seu responsável. Por esta prova será conhecida e avaliada a situação sócio-econômica, familiar e pessoal do adolescente. Como já foi dito anteriormente, esta seleção não pretende excluir nenhum adolescente, apenas determinar a prioridade de atendimento, definida em função de maior ou menor necessidade sócio-econômica, e levando em consideração a exposição deles a situações de risco pessoal e social. Os únicos critérios levados em consideração para esta análise classificatória são a idade, escolaridade e a situação sócio-econômica.

Assim especificado o processo seletivo do programa, que ocorre semestralmente, podemos apresentar a organização das atividades de capacitação do seguinte modo:



Os adolescentes são encaminhados ao COMEC pela rede pública de ensino ou por outras organizações parceiras. Passam por uma seleção que consiste em prova escrita e entrevista individual com o adolescente e seu responsável.

Neste momento, a família passa a fazer parte do *Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar*, que garante espaço compatível para acolhimento, escuta, apoio e orientação, reforçando-se o vínculo familiar.

³ O organograma apresentado foi extraído do relatório anual do ano de 2004 da instituição.

Após a seleção, os jovens aprovados passam então para os grupos de capacitação, formados em média por quinze adolescentes cada um.

A capacitação deles é feita pela participação em diversos grupos de atividades, cada um com duração de duas horas, coordenados cada um por um técnico do programa, sendo que os laboratórios e as oficinas não são oferecidos para todos os grupos de adolescentes e sim de acordo com a demanda e a necessidade deles.

Nas reuniões semanais, que são obrigatórias, e que neste primeiro momento recebem o nome de capacitação I, o grupo discute orientado pelo técnico responsável por ele, um conjunto de conteúdos pré-estabelecidos pela equipe técnica, que são: identidade e integração; trabalho em grupo; apresentação pessoal; postura no ambiente profissional; higiene e saúde; educação sexual; atividades culturais; orientação para vivência nos equipamentos sociais da comunidade e vivência neles. Este conteúdo visa aguçar neles um senso crítico e reflexivo sobre a sociedade economicamente constituída na qual vivemos, através da discussão de temas relacionados ao convívio e às exigências sociais às quais estamos sujeitos. Este primeiro processo tem a duração média de 110 horas de trabalho, divididas em reuniões de duas horas cada e em atividades culturais fora da instituição.

Após o término deste primeiro bloco de conteúdos, os jovens passam para a capacitação II, que continua a se desenvolver em encontros semanais, mas agora o conteúdo é voltado mais especificamente para a formação profissional, sendo que os temas trabalhados são: tratar documentos e arquivamento; preencher documentos; acompanhar processos administrativos; executar rotinas de apoio na área de recursos humanos; prestar apoio logístico; comunicar-se adequadamente; demonstrar competências pessoais; noções de direito e cidadania e orientações sobre a Lei 10097/00 (Lei do Aprendiz). Este módulo tem carga horária prevista de 56 horas.

Concomitantemente com a capacitação também é oferecido o curso de informática, que tem como conteúdo a apresentação e a familiarização de programas básicos de informática e o uso do micro computador para os jovens, o trabalho também é desenvolvido mediante reflexão e discussão de temas voltados para a cidadania. Este curso tem regularidade de duas aulas por semana, com duração de 2 horas cada.

Há também no programa os laboratórios de atividades, que visam desenvolver e aprimorar aspectos psico-sociais e formais nos adolescentes. Estes não são necessariamente

oferecidos a todos os grupos, e sim de acordo com a demanda e as necessidades dos adolescentes, ficando a critério da equipe técnica estabelecer os grupos, ou adolescentes que demonstrem maior necessidade. Os laboratórios e seus conteúdos são: Laboratório de português: leitura e interpretação de texto; estímulo a leitura e utilização de biblioteca; elaboração de textos com destaques para elaboração de textos comerciais. Laboratório de matemática: revisão das quatro operações básicas; frações, problemas com frações; razão e proporção; percentagem e juros; resolução e discussão de problemas matemáticos relacionados com o dia a dia dos jovens. Ambos laboratórios possuem carga horária de 70 horas cada. Laboratório de comunicação: mobilização somática e vocal; desenvolvimento da escuta e da fala; aprendizagem do ato de ser avaliado e avaliar; temas gerais e contemporâneos; comunicação corporal e comunicação escrita, com carga horária de 52 horas. Sendo que todos os laboratórios são divididos em encontros semanais com duração de duas horas cada.

As oficinas de atividades podem ser apresentadas como atividades relacionadas à terapia ocupacional, nelas são desenvolvidas atividades de técnicas de preparação e confecção de velas e sabonetes artesanais, biscuit, mosaicos e outros. As atividades se diferenciam entre os grupos, variando a oficina entre eles.

As atividades externas têm relação com atividades fora da instituição, como passeios, atividades culturais e sociais. Estes não têm um caráter formal, não há dias pré-estabelecidos para estas atividades, elas são determinadas de acordo com a ocorrência de eventos sociais e do interesse dos adolescentes.

O atendimento individual é uma reunião somente entre o técnico e o adolescente, onde este pode colocar seus problemas e dúvidas de forma mais pessoal e íntima.

O acompanhamento e a entrevista domiciliar fazem parte da assistência que o COMEC presta aos adolescentes, no intuito de verificar suas dificuldades e tentar auxiliá-los.

Cada atividade tem duração média de 2 horas, ao final da qual os adolescentes recebem alimentação e vale-transporte.

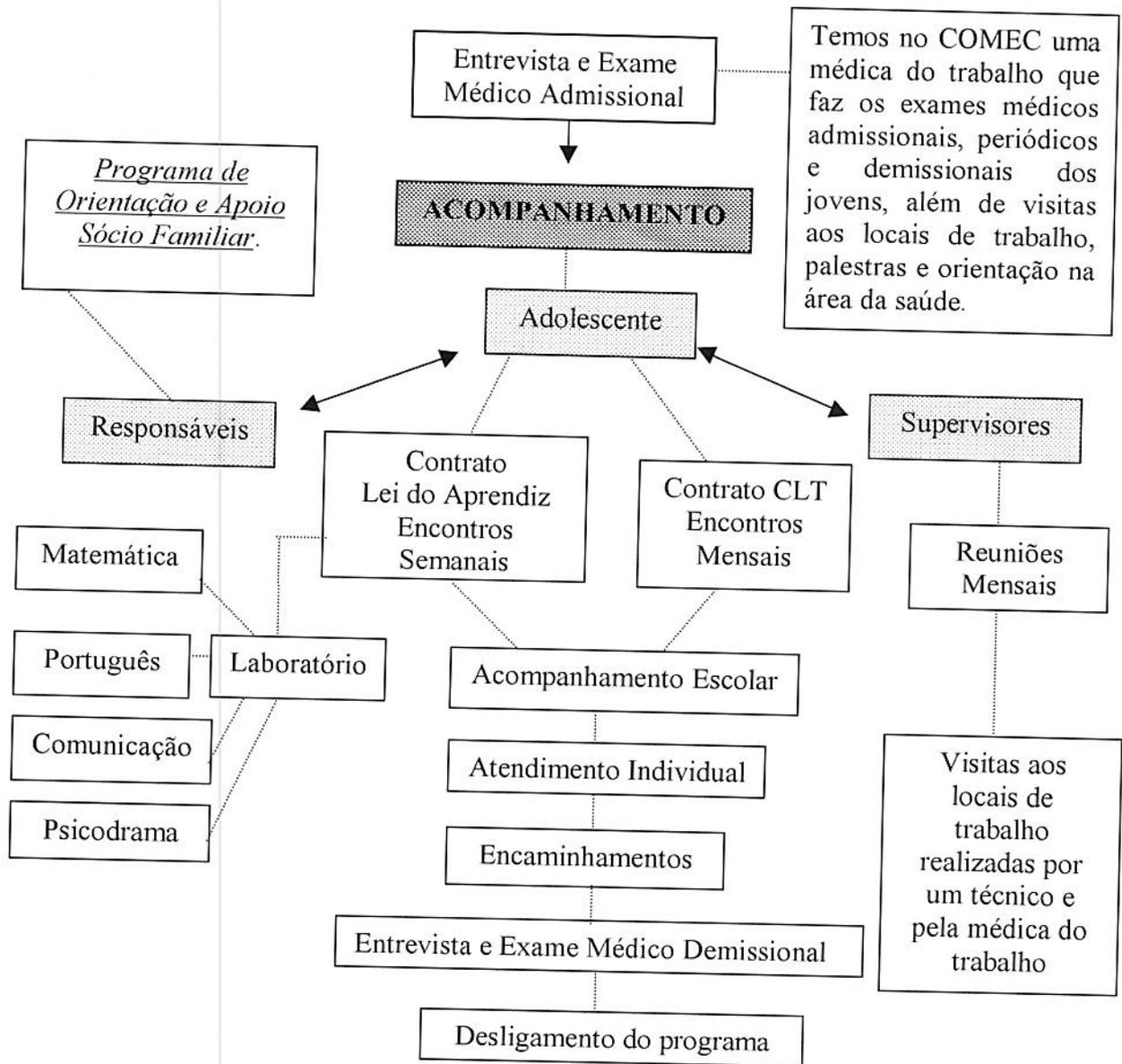
Enquanto o adolescente passa por este processo de capacitação, entendido como o conjunto de todas as atividades e oficinas oferecidas, os responsáveis são encaminhados e acompanhados no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, do qual falaremos adiante.

Todas as atividades procuram ser desenvolvidas de maneira atraente e interessante, de maneira que proporcione a integração dos participantes do grupo. Para tanto também são focos de discussões os assuntos trazidos pelos jovens como necessários e são utilizadas dinâmicas e atividades grupais, de forma lúdica, criativa e crítica, buscando que todos participem efetivamente do processo de construção de um pensamento reflexivo e da significação de sua realidade. No entanto, embora os jovens tenham espaço para participação e decisão sobre a discussão de alguns temas é cobrada deles assiduidade no programa e nos encontros, pois o programa tem uma grande demanda que não consegue ser atendida, então para aqueles que são selecionados é necessário interesse e responsabilidade, sem isso, eles são desligados do programa.

Após o processo de capacitação, que pode durar de 6 à 18 meses, dependendo da idade e do desenvolvimento do adolescente, ele é encaminhado para o trabalho em uma das empresas parceiras, podendo ser registrado através da Lei do Aprendiz (lei 10097/00) ou pela CLT, de acordo com a necessidade da empresa.

Durante a fase de trabalho, os jovens contratados pela Lei do Aprendiz, são acompanhados em reuniões semanais, já os que são contratados pela CLT são acompanhados em reuniões mensais, ambos por um dos técnicos da equipe. Nestas reuniões que são grupais, tendo a duração de duas horas e ocorrendo no COMEC, são trabalhadas as dificuldades no mercado de trabalho, hierarquia, ética, saúde ocupacional, como se portar numa entrevista de emprego, sexualidade, drogadição, entre outros temas que o grupo traga como necessidade. Nesta fase, para os jovens que trabalham pela lei do aprendiz, também podem ser oferecidos os laboratórios, se durante a capacitação o grupo não participou deles, então se houver a necessidade de algum laboratório, este passa a ser responsável, tanto pelo seu conteúdo específico, como pelo acompanhamento dos jovens. Neste período os adolescentes também têm acompanhamento escolar, pois não podem deixar de frequentar a escola formal. Os atendimentos individuais não cessam e se houver necessidade eles são encaminhados para atendimentos específicos, como por exemplo, atendimento psicológico. Nesta fase de acompanhamento continua sendo obrigatória a presença deles nos encontros no COMEC, sendo que se a reunião for no horário de trabalho eles são dispensados dele durante esse período.

Também é feito acompanhamento com os supervisores dos adolescentes nas empresas, através de reuniões mensais para saber como o trabalho está sendo desenvolvido e quais as dificuldades encontradas pela chefia e pelo adolescente para que estas possam ser devidamente orientadas.



Sobre as formas de contrato, CLT ou Lei do Aprendiz, o determinante é a necessidade da empresa. A empresa parceira define se os adolescentes que ela receberá serão contratos em regime de CLT ou como aprendizes. Para cada um dos casos será

firmado um contrato específico, de acordo com a lei escolhida. No momento as empresas conveniadas são: Robert Bosch Ltda, Pratec Empreendimentos Imobiliários S/C, Nossa Caixa Nosso Banco S/A, Bell Sonno Colchões Ltda, Empresa Paulista de Televisão S/A – EPTV, Prefeitura Municipal de Campinas, Expeditors International do Brasil Ltda, Invista Brasil Indústria e Comércio de Fibras Ltda, Hospital Municipal Drº Mário Gatti, Merial Saúde Animal Ltda, Rhodia Poliamida e Especialidade Ltda, Rhodiaco Indústria Química Ltda, Construtora Nadir do Santos, Kraton Polymers do Brasil S/A e Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Especificando agora como ocorre este convênio, podemos dizer que é feito um contrato de prestação de serviço entre cada empresa e o COMEC, sendo que o COMEC é responsável por selecionar, capacitar, encaminhar e acompanhar os adolescentes em emprego remunerado nas empresas conveniadas. Para tanto, além do salário do adolescente a empresa se compromete no contrato a arcar com despesas relativas à formação e educação deste jovem. Assim, o custo do adolescente para a empresa não se reflete só na remuneração e nos direitos trabalhistas do aprendiz, mas sim no custo total que ele representa para a instituição. Não é uma taxa específica, é um contrato no qual a empresa se responsabiliza a repassar para a instituição o custo do adolescente com capacitação, acompanhamento e nos gastos nelas inseridos, como transporte, alimentação e uma parte do salário dos técnicos.

Quanto ao contrato no que diz respeito ao adolescente, independente da lei escolhida para basear a forma de trabalho são assegurados todos os direitos trabalhistas, observando as especificações de cada lei. Assim, todos os adolescentes encaminhados para as empresas conveniadas trabalham com carteira assinada, mas os direitos dependem da lei, por exemplo: o adolescente contratado pela CLT, tem direito a um depósito de 6% sobre o salário no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, já o adolescente contratado pela Lei do Aprendiz tem direito apenas a 2% desse valor. É uma diferenciação que é feita dependendo da lei pela qual foi contratado, mas nos dois casos os jovens estão amparados legalmente e têm, seus direitos garantidos. Também, deve ficar claro que independentemente do tipo de contrato a atividade educacional deve prevalecer sobre a produtiva, pois o encaminhamento para o trabalho na empresa conveniada não é o fim da capacitação, mas o início do bloco prático dela. Desse modo o contrato é firmado levando-se em consideração o prazo máximo de 24 meses de prestação de serviço do adolescente ou

a idade máxima de 18 anos, ao fim da qual se o adolescente não foi contratado pela empresa ele será desligado do programa de Educação para e pelo Trabalho, para que possa dar lugar a outro jovem.

O desligamento do adolescente, no entanto, não é feito de maneira brusca, durante o processo de acompanhamento ele e sua família são preparados para esse desligamento, através de oficinas, palestras e orientações sobre o mercado de trabalho. A percepção que este é apenas um período de aprendizagem para proporcionar a eles melhores condições de participação no mercado de trabalho formal é gradativa, a consciência de que eles devem aproveitar a experiência para aprimorar sua formação é trabalhada durante todo o processo dele no programa e espera-se então que quando o contrato chegar ao término, ele esteja preparado para enfrentar as exigências do mundo do trabalho.

O programa tem capacidade para capacitar 80 jovens por semestre. No momento há 75 jovens participando da capacitação, 145 jovens que estão trabalhando pela Lei do Aprendiz e 55 pela CLT, sendo que todos são acompanhados pela instituição.

Com todo o trabalho descrito nas páginas acima, o programa pretende permitir a estes adolescentes, social e economicamente desfavorecidos, uma experiência profissional, que os leve ao desenvolvimento de habilidades individuais na área de serviços administrativos, adequada à demanda do mercado de trabalho formal; pretende também desenvolver a capacidade do jovem de refletir a realidade social, as novas relações de trabalho, e ressaltar a importância da participação nos movimentos sociais; possibilitar acesso à informação, de modo que esta contribua para o crescimento pessoal do jovem, favorecendo sua formação cultural e ética; incentivar a frequência e o bom desempenho escolar do adolescente; convocar os atores sociais, tais como família, escola e empresa para dividir a co-responsabilidade no processo de formação profissional e pessoal do jovem; garantir que o aprendizado do jovem seja efetivado conforme determinações do E.C.A; que o ambiente familiar seja acolhedor e que seja preservado o desenvolvimento físico e psíquico do jovem.

4.2.1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA:

Se refletirmos de maneira centralizada apenas neste programa, podemos elencar nele alguns pontos importantes, o principal que estabelecemos aqui é a contradição que se apresenta neste trabalho. Se olharmos por um lado, teremos a inserção precoce do adolescente no mercado de trabalho, representando mão de obra barata, de fácil adaptação e adequação para as empresas capitalistas, que visam apenas a mais-valia. No entanto, se olharmos por outro ângulo, encontraremos nele também o aspecto social. Pois estes jovens encontram-se em situações de risco pessoal e social, convivem com as drogas, com a violência, de maneira mais intensa que a maioria de nós, estão privados de condições de moradia decentes, estão à mercê do descaso político e excluídos de possibilidades de crescimento pessoal, profissional, cultural e social. Assim, embora o programa pareça atender simplesmente à lógica do mercado capitalista, ele também propõe uma nova expectativa para estes jovens de baixa renda, que é fazê-los perceber que são capazes de construir sua própria história e alterar, mesmo que dentro de limitações, sua realidade, dando a eles a possibilidade tão esperada por muitos e vista como impossível para alguns, de ter um emprego formal e de se constituir conscientemente um cidadão, digno de melhores condições e oportunidades de vida.

Assim o programa oferece a eles condição real, para que não se envolvam com a criminalidade e a violência e os conduz a que desenvolvam uma participação crítica na sociedade. É claro que o programa tem também um caráter assistencialista e remediador da situação social de Campinas, no entanto penso que a maior marca deste programa é sua especificidade transformadora, pois ao propiciar a estes jovens uma consciência crítica e reflexiva de sua realidade, ele os embasa a serem cidadãos participantes e conscientes de seus direitos e deveres, buscando eles próprios melhores condições de desenvolvimento.

Desta maneira, classifico este programa como Educação Não-Formal, reitero que ele não está livre de contradições e que seu trabalho também apresenta um cunho assistencialista, mas apesar destes percalços analisando o trabalho desenvolvido pela instituição no programa de Educação para e pelo Trabalho, pude concluir que ele trabalha no intuito de melhorar a qualidade de vida de sua clientela, tanto pela inserção deles no mercado de trabalho, como pela significação crítica da sociedade e da sua origem social, que eles são levados a construir no processo de capacitação. E se a Educação Não-Formal pode ser exemplificada de acordo com Von Simson, Park e Fernandes (2001), com práticas

que representem a necessidade do grupo atendido, priorizando o compromisso com estas questões em detrimento de qualquer outro conteúdo pré-estabelecido, penso que não há como negar que a prática exercida pelos profissionais deste programa seja contextualizada na Educação Não-Formal.

Observando a formação profissional da equipe técnica deste programa, percebemos que há uma gama de profissionais da área de humanas, psicólogos, terapeutas ocupacionais assistentes sociais e uma pedagoga. Embora apenas uma pedagoga, pareça pouco para embasar teoricamente e vigiar epistemologicamente, não é isso que parece acontecer na prática. Durante a pesquisa foram entrevistados, tanto alguns técnicos do programa, –uma psicóloga, uma assistente social e uma terapeuta ocupacional–, como a pedagoga, que é a coordenadora. As técnicas de maneira geral têm uma idéia difusa sobre o conceito de Educação Não-Formal, quando indagadas sobre o que significa o termo, elas não diferem Educação Não-Formal de Educação Informal, sendo que para elas um conceito engloba o outro. Elas vêem Educação Não-Formal, como um aspecto da Educação Informal, não há uma diferenciação dos termos, mas a conceitualização delas não é totalmente errônea, penso que há uma confusão entre os termos, mas elas sabem contextualizá-los. Quando perguntadas sobre se o programa é Educação Não-Formal, todas respondem que sim, pois o principal objetivo dele é formar cidadãos críticos, “pessoas de bem” e que, quanto à prática delas, todas dizem também que praticam esta conceitualização, pois respeitam a especificidade dos educandos e não impõem sua visão de mundo a eles. Quando entrevistei a coordenadora, que é pedagoga, ficou claro que ela realmente orienta epistemologicamente a equipe, pois ela apresentou a mesma difusão entre os conceitos de educação Não-Formal e Educação Informal que as outras profissionais, as respostas não se diferenciaram nas três perguntas. Ela me respondeu que o programa que coordena, trabalha como Educação Não-Formal, pois de acordo com a resposta dela para a primeira pergunta, os dois conceitos são a mesma coisa, assim para ela, como o COMEC trabalha com a formação do indivíduo, o programa se caracteriza como uma instituição de Educação Não-Formal. Quanto à sua prática, ela disse que o conceito permeia seu trabalho, pois para permitir a formação que o programa propõe é necessário que os educadores dele, permitem abertura e participação aos jovens, entendendo sua realidade e auxiliando-os, sem impor suas convicções, mas apenas conduzindo-os a uma reflexão.

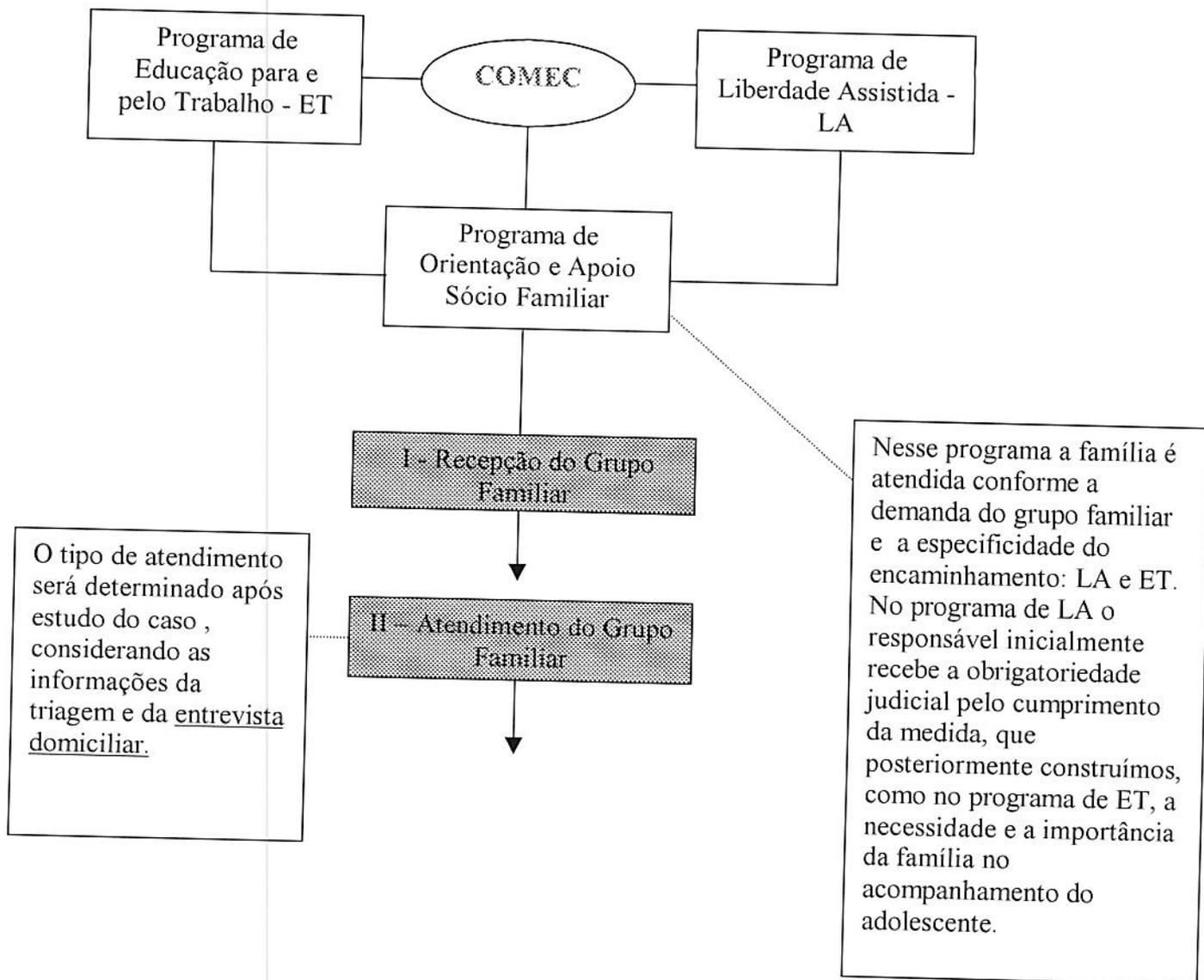
Durante a pesquisa de campo, que durou 13 meses, pude observar as atividades com três grupos distintos. E concluo que embora a distinção do conceito seja confusa, realmente ele permeia a prática das profissionais que acompanhei. O trabalho por elas desenvolvido é embasado na necessidade dos participantes do grupo, sendo este o principal conteúdo a ser desenvolvido, o conteúdo pré-estabelecido pela equipe é secundário e as atividades duram o tempo que for necessário para sua efetivação. Não há imposição de uma determinada percepção do mundo e da sociedade, o que presenciei foram discussões a cerca de várias concepções, da realidade social dos jovens e de temas ligados ao cotidiano deles.

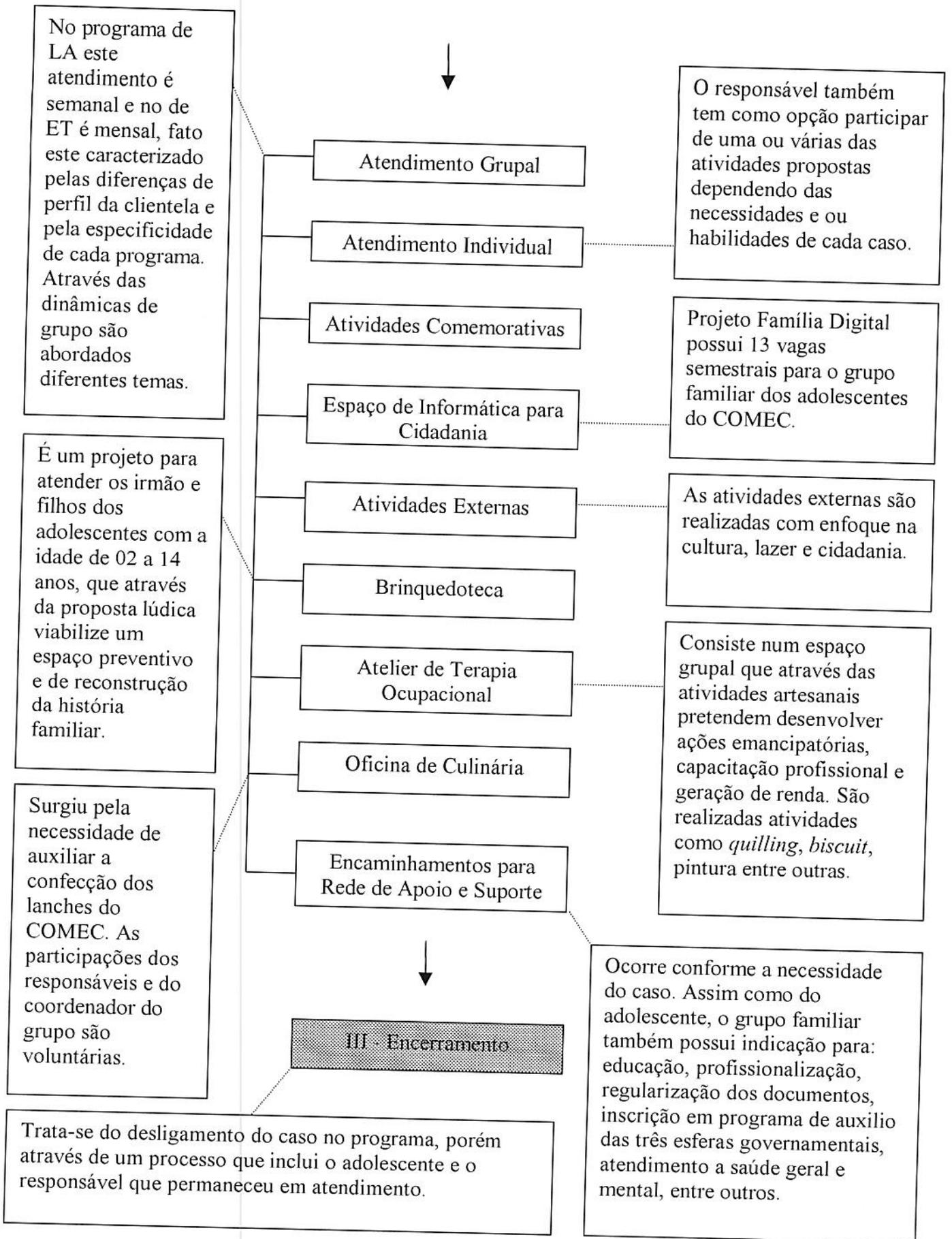
Assim concluo que, para estes profissionais, mais importante do que conhecer estritamente o significado do conceito é praticá-lo, e pude perceber que eles estão tão arraigados no trabalho que se propuseram a desenvolver que a efetivação do conceito na prática vem de maneira a legitimar seus valores éticos, em função do desejo de afirmação da construção de melhores oportunidades para estes jovens.

4.3 – PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR:

O atendimento à família é parte integrante das atividades dos dois programas relatados acima, entende-se que sem a participação da família no processo de formação destes jovens, não haverá efetividade da proposta. Assim, se faz necessário que estes estejam não só presentes, mas que também sejam acompanhados e orientados, de maneira a favorecer o crescimento pessoal de si e de seus familiares.

Antes de 2002, já era feito acompanhamento familiar, mas a partir deste mesmo ano o programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar foi registrado no plano municipal de assistência social e nos conselhos, abrangendo os programas de Liberdade Assistida e Educação para e pelo Trabalho, passando assim a ser legitimado pelos órgãos competentes. Desta maneira pode-se expressar o programa da seguinte maneira, apresentada no relatório anual de 2004 da instituição:





Nos atendimentos são discutidos principalmente assuntos inerentes à adolescência e à vida familiar, com o intuito de oferecer apoio para que seja estabelecido um bom relacionamento familiar. Os temas a serem discutidos dependem da necessidade do grupo, mas podem ser tais como: alcoolismo; relacionamento entre pais e filhos; violência social e doméstica; conflitos da adolescência; primeiros socorros; responsabilidades; higiene pessoal; etc. As atividades, são desenvolvidas com os mesmos recursos usados com os adolescentes, buscando que elas sejam interessante para que todos os responsáveis participem e se integrem. Os encontros têm duração de duas horas, e ao fim os responsáveis recebem alimentação e vale-transporte. O programa tem capacidade para atender 460 familiares por mês e este atendimento do responsável é feito pela equipe técnica do respectivo programa que atende o adolescente em questão.

4.3.1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA:

Devemos atentar para o fato de que este programa não representa um trabalho isolado, mas é parte integrante e complementar do trabalho desenvolvido nos outros dois programas. O trabalho da instituição não é voltado em primeiro lugar para a educação emancipatória dos pais e sim dos filhos, mas como propiciar uma mudança de consciência real se for mantido fora deste processo de construção aqueles que representam em grande parte os potenciadores da educação informal? Não há como possibilitar uma tomada de atitudes críticas e reflexivas por parte dos adolescentes se sua família for mantida à margem deste processo, é preciso que todos participem e que sejam orientados a também construir uma identidade crítica.

Não cabe aqui nomearmos isoladamente este programa como Educação Não-Formal ou não, até mesmo pelo seu caráter de complementaridade dos outros programas desenvolvidos pela instituição, mas cabe refletirmos sobre o papel desempenhado por ele. A educação informal permeia nossas vidas, desde o momento em que nascemos, até o momento em que nossas vidas se extinguem. Em casa, no trabalho, na rua, etc.; todos os lugares em que mantemos algum contato social fazem parte da educação informal, pois ela está arraigada em nosso convívio coletivo, nas mais variadas formas, expressas de maneiras

infindáveis. Assim, penso que para o trabalho que pretende ser desenvolvido pelos outros programas, é realmente necessário que os pais tenham espaço para participar, pois se o objetivo da instituição é auxiliar na transformação da realidade destes jovens, não se pode deixar de lado um aspecto tão importante da vida social, como a família, pois se seus membros forem excluídos permanentemente do processo de construção de uma significação crítica, não haverá na realidade nenhum sentido transformador, pois a exclusão estará presente de maneira violenta e perversa, privando estes da possibilidade de uma nova consciência a cerca de sua realidade e do entendimento da possibilidade de mudanças sociais e afetivas.

Se a família representa um papel central na vida do indivíduo, esta tem que estar constantemente presente em qualquer processo que se proponha transformador.

5 – CONCLUSÕES:

Inicio esta conclusão citando Gohn, (2005):

“...(a educação não-formal) é desenvolvida em espaços alternativos e com metodologias e seqüências cronológicas diferenciadas, com conteúdos curriculares flexíveis, adaptados segundo a realidade da clientela a ser atendida. Outra diferença fundamental é dada pelos objetivos das ações.

Na educação não-formal a cidadania é o objetivo principal, e ela é pensada em termos coletivos.”(p.102)

Parto desta afirmação pelo fato marcante do objetivo principal do COMEC, citado em seus projetos e relatórios, ser a construção da cidadania do grupo que atende, utilizando para isto de projetos educativos e culturais específicos, que visam o desenvolvimento pessoal e social destes jovens e seus familiares.

Analisando os três programas desenvolvidos pela instituição, podemos dizer que esta apresenta um caráter inovador. Quando falamos do programa de LA, penso que

devemos ressaltar que embora ele mantenha um caráter curador e reformador, ele se propôs de maneira pioneira a proporcionar a jovens infratores um novo caminho correcional através da educação. Os precursores do programa entenderam que não basta isolar o jovem que comete atos ilegais, sem nenhuma outra medida que contribua para sua formação, considerando que a adolescência é o período em que ele consolida sua consciência sobre si e sobre o mundo. Assim eles se propuseram a apresentar um novo caminho de contribuição para a formação destes adolescentes, é claro que não seria dispensável o caráter controlador do programa, pois afinal esses jovens cometeram atos que agridem a vida em sociedade, mas ao se apoiar na expectativa de uma nova possibilidade de vida para eles o programa se mostra inovador e preocupado com a realidade da sociedade. Partindo das necessidades e dos anseios destes jovens, são elaboradas as atividades, que embora tenham um traçado a seguir, se posicionam primeiramente na condução do processo de construção de uma identidade crítica destes adolescentes, mas há também como atividade da equipe técnica a necessidade de observar os jornais da cidade todos os dias, para verificar a ocorrência de novas infrações, pois os jovens atendidos têm obrigações a cumprir, já que não há como separar esta medida educacional da medida reparadora. Penso que mesmo que este programa não possa ser entendido a priori como sendo um programa de Educação Não-Formal por não atender a certas características, ele tem especificidades educativas e transformadoras, que propõem a mudança da realidade social de seus atendidos.

Refletindo sobre o programa de ET, penso que podemos caracterizá-lo dentro do âmbito da Educação Não-Formal, pois suas atividades não apresentam o caráter reformador do primeiro programa. Na verdade o programa apresenta um caráter preventivo, pois ele pretende através de suas atividades manter jovens em situação de risco pessoal, social e educacional, afastados da violência, das drogas e da marginalidade. Durante a pesquisa de campo foi possível observar que o trabalho desenvolvido realmente se dá visando primeiramente as necessidades, angústias e problemas dos adolescentes atendidos. O programa busca através da atuação de seus profissionais, capacitar estes jovens não só para o mercado de trabalho, mas também para exercer conscientemente sua cidadania, de modo crítico e autônomo, aprendendo a considerar todos os aspectos que permeiam a sociedade. É claro que não podemos negar que há a obrigatoriedade e o controle de frequência dos jovens, mas também não há, pensando no tipo de trabalho que se deseja desenvolver, a

possibilidade de permitir que eles não mantenham assiduidade, até mesmo pelo fato da grande demanda que não pode ser atendida. É preciso observar a necessidade de organização para este trabalho, considerando o elevado número de atendimentos, então penso que este aspecto não desqualifica o programa de sua especificidade de Educação Não-Formal.

Percebo que também é importante ressaltarmos o trabalho de orientação familiar, pois não é possível desenvolver um projeto emancipatório se este importante feitiço social for mantido a margem deste processo. Assim, penso que este terceiro programa, ao trabalhar e refletir sobre o papel da família, complementa a atuação educacional dos outros dois programas e julgo que este complemento possa ser caracterizado como Educação Não-Formal.

Agora refletindo de modo geral sobre a instituição, considerando todos os programas por ela executados, sua organização, seus funcionários e sua natureza, penso que esta instituição possa ser classificada como uma instituição mista. Para a análise de tal afirmação usaremos o quadro elaborado por Afonso (2002), que nos parece bastante elucidativo sobre os aspectos da Educação Não-Formal:

| Escolas Tradicionais | Associações Democráticas Para o Desenvolvimento |
|--|--|
| Apresentam um caráter compulsório | Apresentam caráter voluntário |
| Dão ênfase apenas à instrução | Promovem sobretudo a socialização |
| Favorecem o individualismo e A competição | Promovem a solidariedade |
| Visam a manutenção do <i>status quo</i> | Visam o desenvolvimento |
| Preocupam-se essencialmente Com a reprodução cultural e Social | Preocupam-se essencialmente com a mudança social |
| São hierárquicas e fortemente formalizadas | São pouco formalizadas e pouco ou incipientemente hierarquizadas |
| Dificultam a participação | Favorecem a participação |
| Utilizam métodos centrados no Professor-instrutor | Proporcionam a investigação-ação e projetos de desenvolvimento |
| Subordinam-se a um poder centralizado | São por natureza formas de participação descentralizada |

Sobre o aspecto da organização da instituição, como já foi mencionado anteriormente, ela conta com uma variada gama de profissionais, composta por, funcionários, estagiários e voluntários. Sendo que a dedicação dos funcionários é remunerada, estabelecida no regime trabalhista da CLT e a dedicação dos estagiários é curricular. Em todo trabalho que pretenda ser sério é necessário mão-de-obra especializada, assiduidade, compromisso, responsabilidade e constância no desenvolvimento do trabalho, para que este alcance êxito. Assim, penso que se faz necessário a participação de funcionários efetivos na instituição, que se comprometam a desempenhar suas funções, não só pelo recebimento de remuneração, mas também por isto e principalmente pelo compromisso assumido com os jovens. E é este compromisso que o carrega o caráter voluntário da instituição.

Retomando sobre a formação específica dos profissionais que atuam diretamente com os adolescentes no grupo e sua conceitualização sobre o termo Educação Não-Formal, concluo que embora não haja uma diferenciação clara sobre este termo e o de Educação Informal, que a significação que eles têm sobre o conceito é suficiente no momento para que se empenhem em desenvolver um trabalho inovador, que pretende contribuir para a transformação social e a melhora de vida de sua clientela. Isto não significa que não haja a necessidade de esclarecer os conceitos e aprofundá-los, tanto teórica como praticamente. No entanto, seria simplista desmerecermos a prática desenvolvida por eles, somente pela confusão conceitual. E ademais:

Um problema recorrente nos estudos de educação não-formal é o domínio do conceito. Não existem respostas fáceis para esse problema, do mesmo modo, é fato que o conceito permanece ambíguo e particularmente problemático. (Brembeck apud Fernandes, pp.11)

Assim, penso que não há como cobrar uma definição única destes educadores. Mas sim que busquem clarear suas concepções.

Quanto à questão de promover a socialização, durante a pesquisa de campo, foi absolutamente possível perceber que a instituição promove consensualmente esta tarefa. Esta não se dá por engano ou acaso e sim porque os educadores, denominados na instituição como técnicos, têm como base para desenvolver qualquer conteúdo este

princípio, pois entendem que sem isto não há como criar um movimento de conscientização e transformação.

Embora a instituição tenha como objetivo desvencilhar os jovens da criminalidade e prepará-los para o mercado de trabalho, não há como afirmar que nela seja praticada e estimulada a competição. O que afirmo é que nela há a intenção de aprimorar qualidades pessoais e sociais, por meio das atividades desenvolvidas, buscando conduzir os adolescentes à melhores oportunidades de vida, o que pode provocar a sobresalência de alguns em detrimento de outros. No entanto, não observei que houvesse diferenciação por parte da equipe técnica quanto às qualidades individuais dos educandos. Todos são estimulados e incitados à desenvolver suas habilidades da maneira que mais lhe aprouver e puder lhe possibilitar maiores chances de sucesso na realização de suas expectativas, mas não são incitados a competirem uns com os outros, pelo contrário, o que se desenvolve clara e ocultamente é o senso de solidariedade, onde o individualismo, não é consagrado. Pode parecer contradição esta afirmação se pensarmos na lógica do mercado capitalista, mas se lembrarmos que o objetivo da instituição não é apenas qualificar mão-de-obra e sim construir cidadãos a partir da qualificação trabalhista, perceberemos o quão lógica é a prática desta instituição.

Parece-me um tanto lógico alegar que o trabalho desenvolvido não pretende a manutenção do *status quo* e sim a mobilidade pessoal e social do indivíduo. Durante todo este trabalho venho afirmando e tentando demonstrar que a principal preocupação dos programas estudados é possibilitar o desenvolvimento pessoal, social, psíquico e econômico dos envolvidos, assim considero que esta instituição não visa a manutenção e a perpetuação da situação social dos sujeitos que são mantidos à margem da sociedade, pois estes são conservados em suas posições principalmente pelo controle exercido pela alienação e pelo poder cultural capitalista apresentado como único, verdadeiro, perfeito e aprazível, pela classe dominante e é justamente o contrário desta prática que é exercida nas atividades desta instituição, o que presenciei foram ações críticas, reflexivas e emancipatórias com os grupos participantes dos programas.

Dito isto, penso ser clara a preocupação da instituição com a mudança social dos adolescentes e familiares envolvidos neste processo. A prática dela nega que haja o intuito de manter a ordem estabelecida, ou a reprodução cultural e social dominante, não há a

intenção de sustentar a estratificação social vigente, pois a instituição é um espaço de reflexão para os jovens e seus pais, através do qual eles são conduzidos a pensar sua realidade criticamente.

Como apresentado no primeiro organograma, a instituição tem uma organização formalizada. No entanto, esta formalização não pretende hierarquizar demasiadamente o funcionamento dela. Apenas se faz necessário que haja coordenação das atividades. Todos os setores trabalham interligadamente, sendo que nenhum conjuga maior importância que outro, apenas se diferenciam entre si no desenvolvimento de suas respectivas atividades. O desenvolvimento e a avaliação do trabalho são atividades conjuntas. Semanalmente há reuniões de cada equipe técnica, na qual discutem assuntos inerentes às dificuldades, dúvidas, problemas, organização, conquistas, perdas, aproveitamentos e outros assuntos que se fizerem necessários ao grupo. Nesta reuniões todos os profissionais de cada equipe participam, pois este é o momento em que todos estão reunidos e que podem discutir e resolver coletivamente as pautas do trabalho. Mensalmente há uma reunião geral, onde todos as equipes são reunidas para discutirem as pautas coletivas da instituição.

Através de minha observação, afirmo que a relação estabelecida entre os profissionais da instituição é de participação, comunicação e cooperação. Há entre eles intercâmbio de conhecimentos e informações, visando sempre o desenvolvimento de um trabalho que alcance os objetivos propostos.

Ainda com relação à organização da instituição, são formulados planos de curso e de ação, com frequência e duração anual, que englobam o projeto pedagógico de cada programa da instituição, onde constam as metas, objetivos, metodologia, equipe, conteúdos e outros itens que se fizerem necessários. Ainda no fim de cada ano é desenvolvido pelas equipes dos programas um relatório anual, que apresenta as atividades e os resultados obtido no ano decorrido.

Em entrevista com os educandos, perguntei se eles tinham abertura para participar dos processos de decisão do COMEC, se eles se viam como sujeitos participantes. A resposta foi afirmativa com todos os adolescentes que conversei, até mesmo com aqueles que conversei informalmente, durante minha estadia na instituição. Afirmaram-me que podem participar de decisões nas atividades do grupo e da instituição, que eles também são constituintes do COMEC e que podem formular e desenvolver projetos, como o caso da

biblioteca, que foi concebida e organizada por eles, além de serem os próprios adolescentes que se revezam para manter o funcionamento dela. Para ressaltar o sentimento de associação deles com a instituição, relato o trecho de uma entrevista de um dos adolescentes, de 17 anos:

“Sem dúvida, eu acho que eu sou um pouquinho do COMEC, eu também faço parte, que eu posso dar opiniões que são respeitadas e levadas a sério, então eu acho que eu participo sim.”

Nos grupos que acompanhei, também pude observar que a participação deles não é só institucional, eles também participam, junto com o técnico, de decisões sobre as reuniões e as atividades do grupo. Há um entrosamento entre técnico e adolescentes, o grupo é composto por estes dois conjuntos. Há troca efetiva de conhecimento, não há uma relação autárquica no grupo, ele é uniforme, o técnico não é o que sabe e os jovens os que precisam aprender, a relação entre eles é de aprendizagem mútua, apenas com a especificidade de que o técnico deve orientar as discussões. As diferenças existentes no grupo, sejam elas físicas, sociais, étnicas, ou de qualquer outro aspecto, são trabalhadas até que sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas e o grupo se veja não como várias pessoas reunidas, mas como um todo, complexo e intrincado. A relação entre os adolescentes é mediada por esta reflexão a cerca das diferenças individuais. Percebi durante a observação de campo, que eles são entrosados entre si, observando as afinidades existentes entre eles, no entanto, embora hajam alguns mais sintonizados com outros, não presenciei nenhum caso de desentendimento entre os jovens, há respeito mútuo e laços de amizade entre aqueles que se reconhecem análogos.

Por toda a atuação especificada acima, penso que cabe dizer que os programas da instituição, visam em suas práticas proporcionar a investigação-ação por parte de sua clientela e fomentá-los a desenvolver projetos coletivos que proporcionem à eles a construção de uma identidade autônoma, responsável e crítica. Penso que cabe também afirmar, pela prática descrita que esta instituição tem uma forma descentralizada de organização, que visa o desenvolvimento, não só dos adolescente, mas também de seus profissionais.

Como mencionado no início deste trabalho, o COMEC é uma instituição filantrópica. E como tal, está resumidamente preocupado com a melhora de vida dos seres humanos, no entanto, não podemos esquecer que o mérito filantrópico é o prestígio social que se atinge com a execução destes programas, não há simplesmente a preocupação com o próximo, mas também o desejo de ser reconhecido e considerado socialmente. Apesar disto, este trabalho não pretende negar os méritos da instituição. Pois a despeito de ser filantrópica, ela também se conjuga com objetivos transformadores, e tem como meta transmitir o conhecimento de si e da sociedade para sua clientela, de maneira inovadora, reflexiva e crítica.

Uma definição padrão e abrangente da educação não-formal não está ainda disponível para uso corrente. Talvez uma definição desse tipo não emergirá antes da realização de maior número de estudos sobre questões educacionais e potencialidade inerentes na variedade de novas experiências chamadas educação não-formal. [...] Seja ou não o termo “educação não-formal” viável a longo prazo, ele é útil agora para assinalar uma alternativa ao formal, aos empreendimentos educacionais institucionalizados. Usar tal termo é uma honesta e insuficiente tentativa de distinguir-se da maior força educativa de uma sociedade. “ (Brembeck apud Fernandes, 2001, pp.112)

Então me baseando nesta afirmação e na conceitualização que a principal característica da Educação Não-Formal é que ela deve ser uma educação transformadora, caracterizo o COMEC, como uma instituição mista, apenas pelo aspecto corregedor do programa de Liberdade Assistida, mas ressalvando que apesar disto ele também mantém um caráter transformador da realidade dos jovens atendidos por ele, ao se propor a levá-los a construir novas possibilidades de significação de sua realidade. Penso que os outros programas estão absolutamente contextualizados no conceito de Educação Não-Formal que embasou este texto. O trabalho desenvolvido por eles tem como objetivo a construção de cidadãos conscientes e participantes, que possam promover a transformação de sua realidade, através de uma identidade crítica e reflexiva.

Assim, somente por esta questão apresentada acima, conceituo esta instituição como mista, mas reitero que nela prevalecem aspectos positivos e afirmativos da Educação Não-Formal.

6 – BIBLIOGRAFIA:

- AFONSO, Almerindo J. *Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objeto ou construir uma nova problemática?* In ESTEVES, Antônio J. & STROER, Stephen R. A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, pp. 83-96.
- AFONSO, Almerindo J. *Os lugares da educação.* In VON SIMSON, Olga; PARK, Margareth; FERNANDES, Renata. (orgs) *Educação não-formal: cenários da criação.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 29-38.
- BRASIL. Ministério do Bem Estar Social. *Estatuto da criança e do adolescente.* Brasília, D.F., 1990.
- CLARETO, Lucila F. *Experiência ocupacional, cotidiano, subjetividade: Um estudo comparativo entre adolescentes em medida de liberdade assistida e em programa de educação para e pelo trabalho.* Campinas: PUCC, monografia, 2002.
- COMEC. *Revista comemorativa dos 25 anos.* Campinas: COMEC, 2005.
- _____. *Relatório anual de atividades 2003.* Campinas: COMEC, 2004.
- _____. *Relatório anual de atividades 2004.* Campinas: COMEC, 2005.
- _____. *Projeto pedagógico.* Campinas: COMEC, 2001.
- FERNANDES, Renata S. *Em cena o Sol: Pesquisando o projeto SOL – Paulínia (SP).* . In VON SIMSON, Olga; PARK, Margareth; FERNANDES, Renata. (orgs) *Educação não-formal: cenários da criação.* Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.263-275.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.* São Paulo: Cortez, 2005.
- PINTO, Ana L. *A vivência da prática de leitura como possibilidade para outros horizontes em trabalhos envolvendo populações em situação de risco.* In VON SIMSON, Olga;

- PARK, Margareth; FERNANDES, Renata. (orgs) *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.263-275.
- ROMANS, Mercê; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. *Profissão: educador social*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- VIGOTSKY, L. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VON SIMSON, Olga; PARK, Margareth; FERNANDES, Renata. (orgs) *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.9-26.
- XIMENES, Telma Maria. *Educação e violência: a produção da demanda para a educação não-formal*. In VON SIMSON, Olga; PARK, Margareth; FERNANDES, Renata. (orgs) *Educação não formal: cenários da criação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.41-57.

7 – ANEXOS:

7.1 – ANEXO ENTREVISTAS:

Entrevista 1 com adolescente:

- Qual o seu nome?
- Rafael.
- Idade?
- 17 anos.
- Como você entrou no programa?
- Foi devido ao acompanhamento que o SENAC fez comigo e me indicou.
- Então você foi encaminhado pelo SENAC?
- (movimento afirmativo com a cabeça).
- Tá. E que que o COMEC representa pra você?
- Então, o COMEC me deu a primeira oportunidade de emprego, é viabi, é, dando assim expectativa com respeito ao meu futuro.
- Qual que era sua expectativa antes de você entrar no COMEC?

- Que seria bem difícil conseguir um emprego.
- E foi atendido, assim, foi? Ou não foi isso?
- Foi, foi isso sim, foi atendida essa expectativa que eu tinha que eu ia conseguir um emprego, mas que era difícil.
- E agora? Qual que é sua expectativa?
- De crescer profissionalmente devido ter um emprego que foi dado pelo COMEC e mais pra frente ter uma família, né? devido já estar trabalhando e já poder me sustentar.
- E você se vê como atuante no COMEC? Você participa, você acha que você tem espaço pra participar das decisões, de oficinas, palestras, atividades?
- Sem dúvida, eu acho que eu sou um pouquinho do COMEC, eu também faço parte, que eu posso dar opiniões que são respeitadas e levadas a sério, então eu acho que eu participo sim.
- E como você avalia o programa? O programa de educação para e pelo trabalho?
- O programa foi bem feito, bem elaborado. Ele dá uma boa chance pra gente que nunca trabalhou, dá uma capacitação, então eu acho que ele me coloca no mercado como se fosse qualquer pessoa, né? então ele me dá uma capacitação e eu acho que é algo muito bom pra essa avaliação.
- Brigada Rafael.
- De nada.

Entrevista 2 com educadora:

- Qual seu nome?
- Vera.
- Profissão:
- Assistente social.
- Você se formou pela PUC?
- Pela PUC.
- Vera, eh, o que você entende por educação não-formal?

--Educação não-formal? Eu tenho assim..., dentro desse programa de educação para o trabalho?

--Não, pode ser no geral. Qual o conceito que você tem sobre, sobre isso.

-- Me passa a idéia assim de valores, né? e costumes que a gente tem, por exemplo, dentro assim, da nossa família, né? alguns valores morais são preservados pra, são mais valorizados do que outros, né? outros costumes dentro da religiosidade, então seria assim nesse sentido. Agora dentro de, ah, educação padrão, né? Acho que é assim se tornar um cidadão, uma pessoa cidadã, uma pessoa de bem, né? Acho que isso não sei se respondeu ou não a questão, acho que isso passa um pouco pela cabeça.

-- E, você acha que aqui, que o COMEC se encaixa, que o programa se encaixa nessa concepção?

-- De educação não-formal?

-- Isso.

-- (Pausa) Ah, eu acredito que o COMEC, (pausa), eu acredito que educação assim não-formal, acho que um pouco, é nesse sentido de assim, a gente tem uma educação a ta, um padrão, né? Uma, um objetivo a estar cumprindo, mas a gente respeita essa, essa especificidade que eles trazem, né? no caso seria, é como eu classifiquei antes como educação não-formal. Então assim a gente tem um objetivo, né? de esclarecer, de formar cidadãos, eh preparados, não só pro trabalho mas pra uma vida mais assim, que eles busquem caminhos, mas a gente não procura, impor os nossos conceitos, eu acho que dentro dessa visão acho que a gente respeita essa educação não-formal, mas não que..., a gente anda junto inclusive, não tenta impor o nosso conceito, é uma coisa bem paralela, a gente discute, tenta trazer isso pra eles, não que a gente vai ta obrigando, olha a partir disso, a partir de hoje é isso, isso e isso, que eles devem pensar a gente tem que respeitar todo mundo dentro dos limites, dentro das concepções que cada um tem.

-- E você acha que essa sua concepção de educação não-formal ta na sua prática?

--(pausa) Eu acredito que sim, né? A gente procura sempre ah, às vezes, lógico dependendo do tema de um assunto a gente pode até se mostrar mais propenso a uma opinião, mas não induzi-los, né? a pensar como a gente, né? não assim, a gente procura sempre conversar de maneiras que, de maneira que eles tenham a própria opinião, não ta induzindo, por exemplo, perguntando assim: mas você acha isso? É bom ou não? É bom, não é? Então a

gente procura pelo menos não dessa maneira, pra não ta induzindo as pessoas, então acho que dentro disso, eu procuro ta me policiando, pra não cometer esse tipo de erro.

Entrevista 3 com a coordenadora:

--Qual seu Nome:

-- Inez.

--Profissão:

-- Pedagoga.

--Inez, o que que você entende por educação não-formal?

--Bom, eh, na verdade eu penso, né? que educação assim, ela é um, ela é um, um complexo, né? de ações dentro de um processo de crescimento do indivíduo, né?. Então são essas ações que vão, (pausa) como é que fala, formando esse indivíduo, certo. Então a gente tem a educação formal, que ela é a formalizada, ta certo? dentro do, socialmente definida como boa educação e a não-formal seriam os outros aspectos que estariam contribuindo, na formação do ser, né? ou da criança ou do adolescente, no caso da gente aqui seria do adolescente. Então seriam todos os aspectos que eh, envolve a formação desse trabalho que você teria com esse jovens no caso, na, eu acho que o trabalho da gente aqui é um tipo de educação não-formal, e que esse, que ele não exclui a educação formal, no sentido de a gente não vai fazer um trabalho que seja o que já é feito lá, mas também não é uma coisa separada, né? Então o que é discutido lá também termina passando por aqui, desde o conteúdo até as dificuldades que ele tenha dentro desse outro processo de formação. Então eu entendo assim, como uma coisa, pra mim assim, é bem abrangente.

-- Uma outra você já terminou respondendo. E você acha que você atua como uma educadora não-formal?

-- Sim, porque é uma formação, é uma formação bem geral, você vê a educação como um como um todo né?, uma coisa contínua, porque eu acho que educação ela não é, existem espaços pra alguns tipos, né? de educação de formação específica que são delimitados e que acho que a educação não-formal faz parte do todo, então acho que todos as ações que

envolvam, que envolvam eh, o processo de formação do indivíduo é uma educação não-formal. Eu acho que essa ta respondida então.

-- Eu queria que você me falasse sobre os convênios do programa do COMEC, que geram recursos financeiros?

-- Por que assim, que recursos que a gente tem, tem a FEAC, a prefeitura, através de uma verba que é dada para as organizações aí né? bom, auto gerado a gente tem feira no final do ano que a gente faz com os meninos com coisas que eles produzem, tem um bazar que a gente faz aqui, que não é permanente, mas quando tem coisas a gente monta um bazar, geralmente é um recurso pequeno, porque esse bazar é voltado pra própria clientela, então são coisas que a gente adquire que são vendidas por um custo pequeno, ele não é constante, assim a gente tem uma oficina de velas, que vende vela pra gerar renda, mas são esporádicos, se tiver um grupo de jovens trabalhando numa oficina e que essa oficina produza, então isso vai trazendo recursos e tem ações da diretoria que organizam jantar, agora de convênio o E.T.tem uma outra verba que é o seguinte, quando a gente contrata, faz contrato com uma outra empresa ou uma licitação como a gente tem na prefeitura, é existe, tem uma nome aí, que é diferente, não é uma taxa, mas o COMEC contrata o adolescente, né? então nesse contrato tem um custo, ta certo, que essa empresa vai pagar, um custo por adolescente, então existe uma planilha, nesse custo o que que ta colocado lá, não sei todos os itens assim, mas é quanto que o COMEC gasta por adolescente pra estar colocando ele no mercado de trabalho, certo? Então pra aquela empresa ela não vai pagar só salário do adolescente, então ela vai ta passando, isso tudo colocado em contrato, ela passa pro COMEC o referente ao custo daquele menino, que é condução, salário, a formação que ele tem aqui, então uma parte de salário de técnico.

--Isso por todas as empresas?

-- Em todas as empresas. Então o custo por adolescente pras empresas não é o salário que elas pagam pra ele, é capacitação, então entra algum dinheiro, que não é doação da empresa, é um contrato pra ela ter esses adolescentes trabalhando lá, tudo assim previsto na lei. Não existe uma taxa pra empresa pagar, existe o custo do adolescente pra que ele preste esse serviço na empresa, entendeu?

-- E ainda tem adolescente contratado pela C.L.T.?

--Temos, por que? Porque a gente começou em 90, contratando jovens pela C.L.T., que era o que existia de lei, então a gente tem um contrato com várias empresas eh, e o contrato é pela C.L.T., isso, essa mudança é uma coisa que é meio a critério da empresa, então por exemplo, a Rhodia, é uma parceria já antiga que eles são contratados pela C.L.T. Por que assim, a gente faz o trabalho com o adolescente do mesmo jeito, de acompanhamento, né? da coisa voltada pra formação, os cursos que são oferecidos, tal. Agora depois da lei, depois de 2000 quando a lei foi promulgada, a lei do aprendiz, a gente começou a preparar o nosso trabalho pra atender também as empresas que quisessem estar optando contratar os adolescentes pela lei do aprendiz, que é na verdade, o que a gente fazia já era o que muita coisa que a lei falava já era o que a gente fazia, a gente teve que fazer alguns reajustes, porque tinha, a CLT ela tem uma previsão de carga horária diferente, então a gente foi fazendo alguns ajustes e as empresas de lá pra cá elas tem, algumas tem, são empresas novas que entraram, já, ah nosso contrato com a prefeitura veio como lei do aprendiz, eles quiseram colocar aprendizes na prefeitura, certo, mas a gente já tava inclusive, com o registro provisório no CMDCA, pra ta fazendo isso, aí hoje a gente não vira pras empresas, olha você tem que trabalhar com aprendiz, porque cada empresa tem uma necessidade, tem um interesse, então eh a gente coloca, né? tanto numa lei como a gente faz o acompanhamento do adolescente e aí a empresa vê qual que ela prefere, algumas empresas que começaram, tipo a Invista, em Paulínia, que a gente tem lá, quantos adolescente Maitê? 12, na Invista, a Invista que ta mudando pra lei do aprendiz.

--9 (Maitê respondeu)

--9, então elas, eles tão fazendo essa transição, porque eles contratavam os adolescentes pela CLT e aí agora eles tão resolvendo mudar, que eles tem vários projetos, então faz parte do interesse da empresa, então eles tão mudando pra lei do aprendiz. Só que assim, a gente não pega os adolescentes que tão na CLT e fala ó agora vocês vão pra lei do aprendiz, a gente ta fazendo uma mudança gradual, então os que vão saindo, as vagas que vão surgindo vão sendo pela lei do aprendiz e esses que tão terminando vão terminar como CLT. Então por isso que a gente atende os dois, mas se alguma empresa diz, não a gente quer contratar como CLT, a gente pode ta fazendo, agora existe, né? uma exigência do Ministério do Trabalho, de uma cota nas empresas, né? tem que ter jovens trabalhando pela lei do aprendiz, agora eu não sei se essa contratação pela CLT substitui ou não, mas muitas

empresas ainda tão contratando, mas é um contrato até 18 anos também com acompanhamento, na verdade a gente garante todos os direitos que o ECA prevê que a lei do aprendiz prevê, que envolve cursos. São contratos diferentes, porque tem diferenças entre a CLT e a lei do aprendiz, os dois tem suas vantagens e desvantagens, então são contratados diferentes para cada assim como o acompanhamento também é diferente, o da CLT, vem aqui com a gente uma vez por mês, fora os cursos que são oferecidos aos sábados pelas parcerias, e o da lei do aprendiz vem aqui uma vez por semana.

7.2 – ANEXO REVISTA COMEMORATIVA 25 ANOS DO COMEC.

REVISTA Maio de 2005



COMEC

*Centro de Orientação
ao Adolescente
de Campinas*



**25 Anos
Construindo
Cidadania**

Mudar, avançar, proteger

Desde sua criação, Comec quis romper com velhos modelos, definir políticas públicas e buscar a proteção integral do adolescente



Deixar de lado os velhos modelos, sempre avançar e colaborar na construção de políticas públicas para os adolescentes. Desde que foi criado, o Comec não se preocupa apenas em oferecer um bom atendimento aos adolescentes. O nascimento da entidade já foi motivada pela tentativa de mudar uma realidade de Campinas.

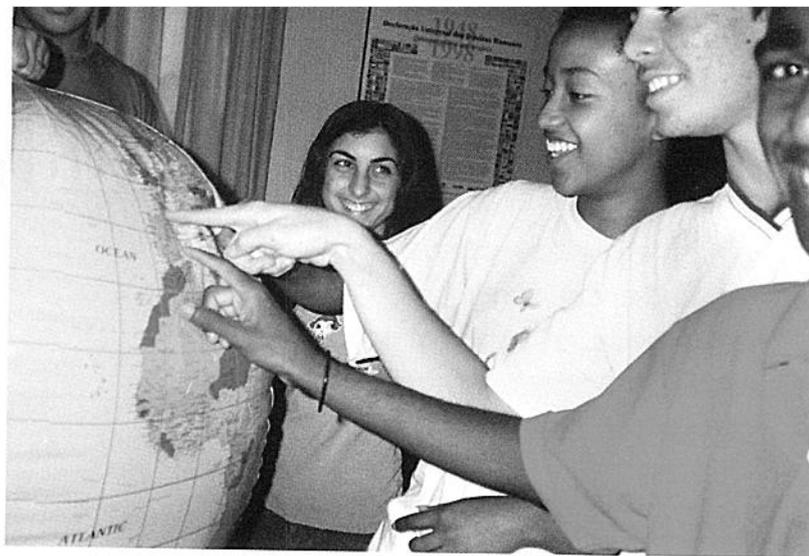
Quando o curador de Menores, Hermano Santamaria e o juiz de Menores Rubens Andrade Noronha decidiram fundar a entidade, era por inconformidade com o tratamento que se dava aos jovens que cometiam infrações. Na ocasião, eles contaram com vários representantes da comunidade de Campinas, vindos por exemplo da Puc-Campinas, Unicamp e Prefeitura.

Antes do Comec, o caminho era sempre o mesmo: encaminhar os jovens para a Febem, onde ficavam detidos em regime fechado sem nenhum trabalho pedagógico. A criação do Comec veio para dizer "não" ao sistema existente.

A instituição passou a olhar para o adolescente com uma equipe interdisciplinar, que reúne profissionais de assistência social, terapia ocupacional, pedagogia e psicologia.

O Comec buscou a proteção integral do jovem, doutrina presente na Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU, criada em 1959. Mas no Brasil, esta doutrina só foi reconhecida legalmente quase três décadas depois. Primeiro com a Constituição de 1988 e depois com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

Antes que a proteção integral estivesse presente nas leis brasileiras, o



Capacitação utiliza dinâmicas de grupo e técnicas de psicodrama

Comec já promovia em Campinas discussões sobre o tema. Enquanto o ECA tramitava no Congresso Nacional, o Comec organizava e participava de fóruns de discussão sobre o assunto. O mesmo aconteceu com a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), de 1993. As discussões não eram apenas teóricas e envolviam também as experiências do Comec e de diversas outras entidades.

Quando o ECA criou legalmente a medida sócio-educativa de liberdade assistida, o Comec atualizou sua parceria com a Febem, que já existia desde 1983.

Outro desafio foi a adequação à Lei do Aprendiz (Lei 10.097/2000), uma vez que o Comec já trabalhava com capacitação para o trabalho desde 1991.

A Lei do Aprendiz retirou dos adolescentes direitos dos trabalhadores, como 6% do fundo de garantia e multa em caso de demissão. Por outro lado, prevê um acompanhamento por parte das empresas e entidades, para que o jovem seja preparado para o mercado de trabalho.

"O aprendiz tem que ter garantia de formação, de educação, para ser colocado em outro nível, com qualificação e poder sair do círculo da pobreza. E o Comec para nós é um modelo de como fazer isso", afirma a sub-delegada do trabalho em Campinas, Ana Palmira Arruda Camargo.

Mais uma vez o Comec esteve à frente de seu tempo, e foi a primeira entidade de Campinas e região a se adaptar à nova Lei do Aprendiz.

Comec participa de Conselhos Municipais

O Comec ocupou neste ano uma das cadeiras das entidades civis no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). A representante Silmara Quintana foi eleita para o mandato de 2005 a 2007.

Esta é a primeira vez que o Comec ocupa uma cadeira no Conselho, que foi criado em 1993. Mas a entidade colaborou na sua criação.

O Comec também ajudou na criação e instalação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). De 2001 a 2003 ocupou uma cadeira no Conselho.

É no CMDCA que são definidas as políticas e ações para a criança e o adolescente em Campinas. As suas comissões preparam resoluções, estudam as propostas e emitem pareceres, que são votados pelos conselheiros.

Independente da representação como conselheiro, o Comec sempre participou das comissões, em especial das de Medida Sócio-Educativa, do Jovem Aprendiz e de Família.

"Participar dos Conselhos é um papel importante na definição de políticas públicas de proteção ao adolescente", afirma Silmara.

Descoberta de outras realidades

Capacitação de adolescentes para o trabalho passa a ter novo modelo depois que entidade internacional escolheu o Comec como parceiro



Você já foi anfitrião alguma vez? Com certeza sim. Afinal, o anfitrião é aquele que recebe alguém em sua casa, é o dono da festa. Pois em 2004, os garotos e garotas do Comec tiveram a oportunidade de receber jovens de outras entidades de São Paulo, aqui em Campinas. Assim, puderam mostrar o que fazem e o que estão aprendendo. E não foi só isso, os adolescentes puderam também conhecer as outras entidades lá em São Paulo e aprender com elas.

Este intercâmbio foi uma das atividades da parceria do Comec com a ACJ-Brasil – Associação Caminhando Juntos, uma ONG internacional filiada à United Way International (UWY). A parceria surgiu a partir de uma escolha feita pela ACJ-Brasil em 2003. De mais de cem projetos de parceria inscritos, a entidade escolheu oito, dentre eles o do Comec. A partir daí, a instituição de Campinas recebeu R\$ 40 mil para investir na capacitação e no encaminhamento dos adolescentes ao mercado de trabalho.

No intercâmbio, os jovens do Comec participaram de todo o processo de organização dos encontros

para troca de experiências. “Os meninos visitaram outras ONGs em São Paulo, aprenderam a andar de metrô, montaram oficinas mostrando o trabalho desenvolvido pelo Comec, vivenciaram a experiência de acolher outros jovens e tiveram a oportunidade de ver um cooperativa nascer”, comenta a coordenadora do programa *Educação para e pelo Trabalho (ET)*, a pedagoga Maria Inez Torres Montenegro. O intercâmbio de 60 jovens do Comec aconteceu com as entidades *Gotas de Flor com Amor* e *Fala Preta!*.

Foi a partir da parceria conquistada com a ACJ-Brasil que o Comec incrementou a capacitação dos jovens do ET, acrescentando maior participação dos jovens dentro da organização, que antes era concentrada no próprio grupo e não no Comec como um todo. Os jovens passaram a participar do planejamento, realização e avaliação do projeto, passando a ser o protagonista das ações.

O projeto inicial era de um ano, mas a parceria já está no segundo projeto e rende bons frutos até hoje.

Para a Superintendente de Projetos da ACJ-Brasil, Jaqueline de Camargo, “o Comec se destacou na

inserção de jovens em empresas de modo qualificado e com acompanhamento técnico”. Ela comenta que a entidade internacional procura “identificar competências na área de conteúdo; método e gestão, na capacitação de jovens para o mundo do trabalho” e continua dizendo que o Comec “demonstra capacidade de doar conhecimentos e incorporar aprendizados”.

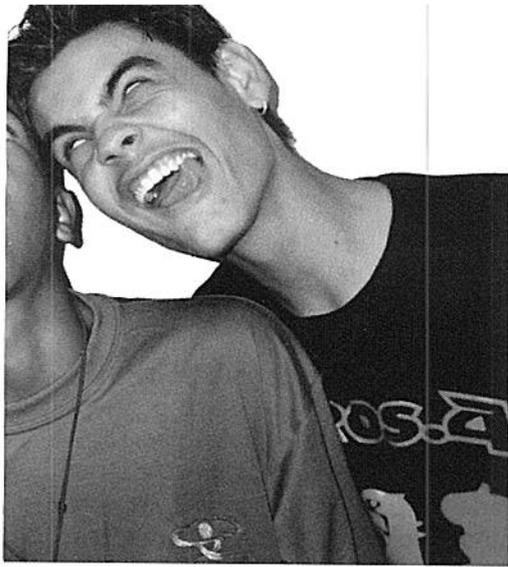
A expectativa de Maria Inez, do Comec, é que a parceria se estenda pelo menos até julho. Depois a ACJ-Brasil deve auxiliar outras entidades, mas o aprendizado e o aprimoramento feito a partir desta união já se incorporaram ao Comec.

Jovens puderam conhecer trabalhos de outras ONGs e mostrar o que fazem no Comec



Debate no Memorial da América Latina (SP) promovido por oito ONGs e pela ACJ-Brasil; experiência de andar de metrô





Adolescentes fazem dinâmica de Comunicação e Expressão

Um terço dos adolescentes foi encaminhado pelas escolas onde estudam, 28% foram indicados por outras ONGs, 19% pela comunidade e 14% pela própria equipe do Comec.

O número de meninas no programa têm aumentado proporcionalmente em relação aos garotos. Em 2003, 53% dos jovens no programa eram garotas e no ano passado a porcentagem subiu para 60%.

Muito trabalho

Dos garotos atendidos pelo Comec no programa de *Liberdade Assistida* em 2004, a reincidência mensal é em média de 2%. Metade dos jovens cumpre integralmente a medida sócio-educativa.

Para o presidente do Comec, Silvio Spinella, estes são números positivos, "mas enquanto tivermos adolescentes sendo vítimas desta realidade, teremos muito trabalho pela frente". Como parte deste trabalho o Comec se dedica para diminuir os casos de jovens que param de cumprir a medida de Liberdade Assistida porque são internados, reinternados ou detidos.

Jovens do programa de Educação para e pelo Trabalho durante exercícios de capacitação

Desigualdade social: a grande vilã

O perfil dos adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida, atendidos pelo Comec, revela a vulnerabilidade social dos garotos e garotas. 61% não estavam estudando e 75% não trabalhavam quando chegaram ao Comec. São muitos o motivos que levam ao abandono escolar: problemas internos da própria escola, desmotivação para o estudo, dificuldade de manter relações amigáveis com professores e colegas, defasagem da série em relação à idade e falta de vagas.

Quanto ao trabalho, um dos principais motivos é a exigência de qualificação além das possibilidades desses adolescentes. "Outro motivo é a desmotivação ao trabalho no mercado in-

formal, devido ao desrespeito aos direitos trabalhistas e aos baixos salários", afirma a terapeuta ocupacional do Comec, Beatriz Soltermann.

Ela comenta que os jovens querem ganhar dinheiro, mas que não sabem como e alguns acabam seduzidos pela forma aparentemente fácil proporcionada pelo crime, em especial o tráfico de drogas.

Levar os jovens a seguir outro caminho é um desafio do Comec. "Eles podem fazer outro projeto de vida, mas é um trabalho demorado. E só podemos considerar opção de vida, quando eles tiverem mais de uma oportunidade e é isso que precisamos mostrar a eles", comenta Beatriz.

O Comec tem observado o aumento do número de meninas em medida de liberdade assistida. Historicamente as garotas representavam entre 4 e 5%, em 2004 chegaram a 10% e em abril deste ano eram 20% do total.

Para a coordenadora do programa de *Liberdade Assistida*, Larissa Mazzotti Santamaria, "o assédio do tráfico de drogas sobre as meninas têm aumentado, além da aplicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estar mais efetiva para ambos os sexos".

O Comec também percebe que cada vez mais meninas acompanham seus parceiros nos atos de infração. "O aumento gradativo das jovens envolvidas em atos infracionais apontaram a necessidade da formação de um grupo composto apenas por mulheres, que possibilita maiores identificações e transformações das garotas", explica a psicóloga Regina Marawska Vianna.

Estudantes

Além da equipe técnica de profissionais do Comec, a instituição também conta com o apoio de estagiários e bolsistas de universidades de Campinas.

Da Unicamp, vieram nove estudantes que ganharam bolsas de estudos da universidade, e que prestam serviços à comunidade por meio de alguma ONG.

Já com a Puc-Campinas, a parceria prevê campo de estágio para os estudantes. Com esta parceria, os atendimentos do Comec são incrementados com estudantes de cursos como psicologia, terapia ocupacional, serviço social, direito, administração de empresas e matemática.

Os jovens atendidos pelo Comec têm oportunidade de receber acompanhamento nos estudos com o trabalho desenvolvido pelos bolsistas e estagiários.





cedente é dividido entre os garotos, para que percebam como o trabalho em equipe, bem planejado e bem executado, pode trazer retorno. O capital de giro no momento é garantido pela parceria com a Fundação Telefônica. Com este aprendizado, os jovens passam a ter uma noção do que é o trabalho, da sua importância e de que eles também podem fazer parte desta realidade. "Nós não somos responsáveis pela inserção do jovem no mercado de trabalho, mas queremos que os jovens conheçam o mundo do trabalho", explica Silmara.

Além do Chocomec, o Projeto Desafios também tem uma oficina de produção de papel reciclado, um espaço de informática para inclusão digital e social, encaminha jovens para outro programa do Comec *Educação para e pelo Trabalho* e faz uma capacitação da equipe que desenvolve o projeto. O adolescente é que escolhe de qual atividade vai participar, ajudado pela equipe do Comec. A cada semestre, 80 adolescentes passam pelo projeto.

A migração para o programa *Educação para e pelo Trabalho* é uma das metas mais ousadas: fazer com que o adolescente envolvido pelo ato infracional consiga dar a volta, coloque-se como sujeito de sua história e vá para a capacitação profes-

sional. A partir daí ele pode conseguir um trabalho formal com a ajuda do Comec e iniciar uma nova história de vida.

Este é o caso de Marcos (também nome fictício), de 16 anos, que já foi encaminhado para a capacitação do programa de *Educação para e pelo Trabalho*. "Eu era meio atrapalhado, coisa de jovem aventureiro". As "aventuras" de Marcos resultaram em um mês na Febem, antes de ser encaminhado ao Comec no programa de Liberdade Assistida. "Aqui eu

aprendo coisas do dia-a-dia, ponho a cabeça no lugar". A avaliação do jovem sobre sua passagem no Comec é bastante positiva. "É como se eu tivesse nascido de novo. Eu não queria nada na vida, agora tenho interesse na escola, em arrumar um emprego, em fazer amigos".

Depois que foi para o Comec, Marcos voltou a estudar e agora aguarda uma oportunidade para começar a trabalhar. Ele sabe que o seu futuro depende, e muito, da sua própria vontade.

Resgate

O Comec recebeu em 1998 o Prêmio Bem Eficiente, da Kanitz & Associados. O prêmio é concedido anualmente a 50 entidades filantrópicas de todo o país. É um incentivo às organizações que se destacaram durante o ano em qualidade e transparência em suas atividades.

O prêmio foi entregue por Stephen Kanitz (dir.) ao então presidente do Comec, Aderbal Bacchi Bergo em 26 de maio de 1998.





Antes dos computadores, os adolescentes do Comec aprendiam datilografia. As aulas eram ministradas por **Sultana da Conceição Gonçalves da Silva**, que hoje é diretora do Comec. O curso fazia parte da capacitação dos jovens para o mercado de trabalho.

Sultana tinha uma escola de datilografia e com uma máquina fazia trabalho voluntário com os garotos e garotas do Comec.

Com o tempo, as máquinas de escrever foram trocadas pelo computador e as aulas de datilografia foram substituídas pela oficina de capacitação em informática.

Informática e cidadania

CDI e Comec implantam o Espaço de Informática para Cidadania (EIC); adolescentes e família são incluídos digitalmente e entram na era do computador e da internet



Para que serve uma escola de informática? Para aprender a usar programas como editores de textos e planilhas de cálculos? Também, mas não só isso. No EIC (Espaço de Informática para Cidadania) que funciona dentro do Comec os adolescentes e suas famílias aprendem a usar o computador e fazem dele uma ferramenta de trabalho, entretenimento e de enriquecimento cultural.

O EIC é resultado de uma parceria do Comec com o CDI (Comitê pela Democratização da Informática) e permite aos seus usuários se familiarizarem com o computador.

"Com o computador, a gente troca experiências, conversamos com o pessoal de outros EICs, eles *teclam* o que eles fazem, onde moram. Tem uma cidade, Porto Feliz, que eu só conheço do que eles falam", conta Aline de Oliveira Arantes, de 15 anos.

E do outro lado da rede de computadores, Campinas também passa a ser conhecida. David Aparecido da Silva, de 15 anos, conta aos amigos virtuais que Campinas é "uma cidade superagitada, tem sempre alguma coisa diferente para fazer".

O computador é usado em oficinas, mas também fica disponível para que os garotos e garotas do Comec usem como quiserem. Além da ofici-

na de capacitação em informática, existe um projeto, O Espaço Informação, que fica numa sala com micros disponíveis para promover a inclusão digital. O espaço foi montado como parte do Projeto Desafios (veja mais nas páginas 8 e 9).

David contou que os jovens fizeram um levantamento e descobriram que boa parte dos estudantes de escolas públicas em Campinas não têm acesso à internet, e isso reforça a importância do EIC.

No Comec, todos podem usar os computadores, tanto os jovens do programa de *Educação para e pelo Trabalho*, quanto os de *Liberdade Assistida*, e até os familiares. Para os adolescentes de *Liberdade Assistida*, o computador é um primeiro passo para o mundo do trabalho. No caso dos familiares, é o projeto Família Digital. Os responsáveis pelos jovens também podem participar das oficinas para aprender a usar o computador e fazer dele uma ferramenta do dia-a-dia. Para o Comec, isto pode melhorar as relações familiares e também as possibilidades de trabalho dos pais, que refletem na educação dos jovens.

Software Livre

No EIC, os adolescentes têm contato com programas bastante utilizados, como editores de textos, planilhas e ferramentas de desenhos. Mas além de trabalharem com softwares proprietários – aqueles em que você precisa de licença do fabricante para instalá-lo no computador – o Comec também usa softwares livres. Neste caso, não é necessário pagar licenças caras. Além disso, o software livre permite que o usuário adapte o programa à maneira como pretende utilizar.

"Além de aprenderem informática, os adolescentes têm oportunidade de conviver com um ambiente de democratização da informática", afirma o presidente do Comec, Sívlio Spinella.



Jovens do Comec aprendem a usar o software livre

Participação dos pais

Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar discute educação dos jovens e realiza oficinas com os responsáveis



"Antes, minha filha só pensava em comprar roupa, agora ela tem outros sonhos, pensa em fazer uma faculdade, seguir uma profissão". Sirlei Aparecida dos Santos relata a mudança que ocorreu em sua filha, Nathália desde que entrou no programa de *Educação Para e Pelo Trabalho*. Depois de fazer a capacitação, Nathália está há oito meses na Rhodia, em Paulínia.

Sirlei é uma das participantes do grupo de responsáveis do Comec. Enquanto a filha aprende uma profissão na multinacional, a mãe participa das discussões, vivências e oficinas que o Comec oferece aos pais.

"Nos nossos encontros, tratamos de relacionamentos, de violência doméstica, como conversar, como lidar com o adolescente" conta a terapeuta ocupacional Lucila Ferrari Clareto. Mas os encontros com os responsáveis vão muito além das conversas, vivências e orientações. Os familiares podem ter novas aprendizagens por meio de atividades artesanais e de culinária dentro do Comec.

Assim, a família participa mais da vida dos filhos e têm oportunidade de gerar uma renda com a venda do que produzem. As mulheres são as que mais participam das atividades, porém são realizados esforços para aproximar também os homens.

A coordenadora geral do Comec, Elena Homem de Mello Meyer, comenta que "ao orientar os pais, o Comec



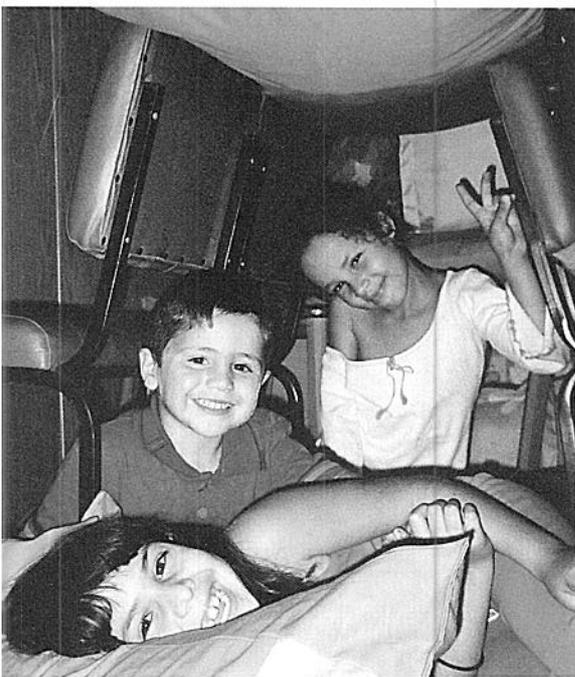
Mães aprendem a fazer trufas: técnica pode ajudar na renda familiar

provoca uma mudança na educação dos filhos e de atitudes em toda a família"

Embora no Comec existam dois programas distintos – *Educação para e pelo Trabalho* e *Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida* – foi oficializado em 2001 o *Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar*, que atende às famílias dos adolescentes dos dois outros programas. Mas desde o início de suas atividades na década de 80, o Comec já trabalha com as famílias e com grupos de responsáveis.

No Comec, os responsáveis têm oportunidade até de levar outros filhos enquanto participam do atendimento. A brinquedoteca acolhe estas crianças com atividades lúdicas, e assim é possível realizar um trabalho preventivo.

Crianças ficam na brinquedoteca enquanto os pais participam de grupos de responsáveis



syngenta



Apoio



Rhodia



Pensando em um novo mundo

Projeto de Comunicação e Expressão exercita jovens a se manifestarem em busca do próprio futuro



"O RAP pra mim é o pensamento de um novo mundo, eu solto o pensamento na caneta". Ricardo (nome fictício) diz que por um "desacerto" foi encaminhado ao Comec para cumprir a medida de Liberdade Assistida. E é por meio da música que ele está refazendo seu caminho. "Agora meu pensamento é levantar", afirma.

Ricardo faz parte da oficina de RAP do projeto de Comunicação e Expressão do Comec. Nele, os garotos e garotas têm oportunidade de desenvolver aptidões e compreender melhor as próprias vidas. "Neste projeto nós tentamos usar as atividades plásticas, a música, formando vínculos entre os adolescentes e permitindo que eles façam outro projeto de vida", afirma a terapeuta ocupacional Beatriz Soltermann.

O RAP é uma destas atividades, mas não a única. Eles também praticam esportes, fazem atividades de lazer e culturais, normalmente fora do Comec. Nestas, outro aspecto valorizado pelo Comec é a integração entre os programas de *Liberdade Assistida* e de *Educação para e pelo Trabalho*. Isto permite aos garotos conhecerem melhor uns aos outros e ajuda

a romper barreiras e preconceitos.

No programa de Educação para e pelo Trabalho, eles recebem uma verba mensal para participar de atividades culturais. "Quando fizemos isso pela primeira vez, todo mundo quis ir ao cinema. Depois passamos a orientar e a estimular outras atividades. No ano passado, por exemplo, um grupo foi à Bienal em São Paulo", explica a terapeuta ocupacional, Tâmara Yamagute.

Estimular as atividades culturais ajuda os adolescentes a ampliar o seu conhecimento e também a compreender o mundo de outras formas e a partir de outros pontos de vista.

Para a coordenadora do programa de *Liberdade Assistida*, Larissa Mazzotti Santamaria, as atividades são importantes para que os adolescentes se

apropriem desses espaços de atividades culturais e se integrem ao Comec.

Fazer com que o jovem se expresse já é um grande avanço. O monitor de RAP, Antonio Frederico Pereira, o Fred, conta que frequentemente os adolescentes da periferia passam por revistas da polícia. "Essa abordagem gera revolta, mas os garotos da oficina já estão conseguindo canalizar esta revolta em outras formas de expressão, que não o desejo de sair quebrando tudo".

Ricardo contou que depois de uma abordagem da polícia, o desejo que teve foi de fazer um RAP contando o episódio. André (nome fictício) comenta que a música traz em suas letras temas sobre "nossas quebradas, mostra a realidade, o que tem de bom e o que tem de ruim".



Grafito: uma das técnicas usadas para o jovem se expressar; o RAP também é uma das formas empregadas no Comec



Garotos se expressam por meio da sua linguagem e gestos próprios; RAP é a música jovem que trata da realidade

Construir o próprio futuro

Projeto Desafios, co-financiado pela Fundação Telefônica, possibilita a qualificação do jovem em medida sócio-educativa para o mundo do trabalho



"Incitar alguém para que faça algo, geralmente além de suas possibilidades. Tarefa difícil de ser executada." Estas definições da palavra *desafio* constam do dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e trazem um bom resumo do que é o projeto *Desafios*, criado neste ano pelo Comec (Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas).

O Comec foi escolhido pela Fundação Telefônica para implementar o projeto financiado por ela. A Prefeitura de Campinas, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente também participam, sendo co-responsáveis pela sua aplicação.

O projeto iniciado em março deste ano, trabalha com jovens em medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e favorece sua qualificação para terem o primeiro contato com o mundo do trabalho. O objetivo é fazer com que jovens que tenham cometido algum ato infracional consigam olhar para o trabalho como algo possível, apesar de sua realidade numa sociedade desigual.

A certeza de que é necessário mudar já está presente em alguns garotos do *Desafios*. Pedro (nome fictício que vamos usar aqui), de 17 anos, sabe que precisa trabalhar e que esta não é uma tarefa fácil. "Se não trabalhar, a gente não vai pra frente. Às vezes a gente tem que fazer o que não gosta, mas vou me aprimorando, para depois conseguir arrumar um serviço melhor", comenta.

Pedro participa de um dos espaços associativos do *Desafios*: o Chocomec. Neste espaço, a meta é produzir trufas, mas "o objetivo é

trabalhar uma mudança cultural de trabalho, articulando os jovens em grupo, numa ação solidária de trabalho e renda que vai permitir que o adolescente descubra a capacidade de empreender que existe em cada um. Eles escolheram o chocolate como algo, vendável, gostoso, e que dá prazer para se trabalhar e para degustar", explica Silmara Quintana, assistente social do Comec

e uma das responsáveis pela implantação do *Desafios*.

No Chocomec os garotos têm noção do que é um processo onde todos são responsáveis pelo negócio. Ali eles aprendem a importância de cada etapa, desde o planejamento, passando pela produção, comercialização, administração até a partilha dos lucros e definição do capital de giro. O grupo do Chocomec começa

o trabalho planejando o que vai fazer e de que materiais vai precisar. Depois as tarefas são divididas e todos devem fazer um pouco de tudo. "Eu gosto de fazer as casquinhas das trufas, mas tem dia que tenho que lavar a louça, fazer faxina", conta Pedro.

Depois que as trufas estão prontas, elas são encaminhadas à venda, que por enquanto ainda são vendas pessoais, já que a produção é pequena e ainda é fruto

do aprendizado. Existem várias tentativas de vender o produto, por meio de funcionários, adolescentes e estagiários. O dinheiro arrecadado é repassado ao Chocomec. Parte dele volta ao processo, para permitir a produção de novas trufas. O ex-



Jovens apresentam trabalho realizado em grupo

Resgate

Em 1991 o Comec implantou o Programa de *Educação para e pelo Trabalho*. No primeiro ano as inscrições foram abertas aos interessados e uma enorme fila se formou em frente à sede. Nos anos seguintes o Comec alterou a forma de inscrição, que hoje é feita por encaminhamento de escolas, outras ONGs e pelos profissionais do próprio Comec.



Um bom caminho

93% dos garotos que passam pela capacitação no Comec têm a chance de começar uma carreira



No Brasil, cerca de três milhões e meio de pessoas de 16 a 24 anos estão desempregados. As dificuldades que o jovem tem para conseguir um trabalho são inúmeras, em especial a falta de experiência e de qualificação. 45% dos desempregados brasileiros estão nesta faixa etária e a taxa de desocupação entre jovens é o dobro do desemprego geral no país. Estes dados recentes do Ministério do Trabalho demonstram que reduzir o desemprego entre os jovens é uma tarefa que exige muitos esforços.

Embora pequeno em relação ao tamanho do Brasil, e até mesmo em relação à cidade de Campinas, o Programa Educação para e pelo Trabalho (ET) do Comec traz resultados bastante animadores. De todos os garotos e garotas que pararam de fazer a capacitação no ano passado, 93% tinham um bom motivo: conseguiram uma colocação no mercado de trabalho por meio de convênio do Comec.

O programa não gera empregos, mas permite que jovens populares



urbanos tenham oportunidades para trabalhar. Os dados também mostram que 68% dos jovens deixam o programa quando completam 18 anos e são desligados automaticamente. Mas não são raros os casos em que um garoto é contratado como funcionário da empresa onde estava. Em outros casos consegue uma colocação em um local diferente, mas graças à experiência adquirida na função anterior.

Foi o que aconteceu com Douglas, que foi contratado pelo Comec para trabalhar na Rhodia. Depois que completou 18 anos a empresa resolveu mantê-lo. Hoje, Douglas é monitor de Henrique, de 16 anos que ficou em seu lugar. A mãe de Henrique, a cozinheira Angela Brito Faria, espera que o filho tenha a mesma sorte, e já percebe uma diferença positiva no comportamento dele: "Hoje ele se sente mais adulto", comenta.

Em 2004, 128 jovens passaram pelo programa Educação para e pelo Trabalho em busca de uma colocação no mercado. Embora o número possa parecer pequeno, a qualidade é o mais importante para a equipe do Comec.

Mais atendimentos

Os jovens ficam no mínimo seis meses na capacitação, mas esta fase pode chegar a um ano e meio. Com a parceria com a ACJ-Brasil (página 5), o número de atendimentos aos adolescentes duplicou no ano passado em relação a 2003.

Foram 15.168 em 2004 contra 7.764 em 2003. A coordenadora geral do Comec, Elena Homem de Mello Meyer explica que "neste modelo de atendimento é importante que todos adolescentes, famílias e as histórias deles sejam conhecidos. Queremos ter um contato mais próximo com eles e com a família".

Resgate

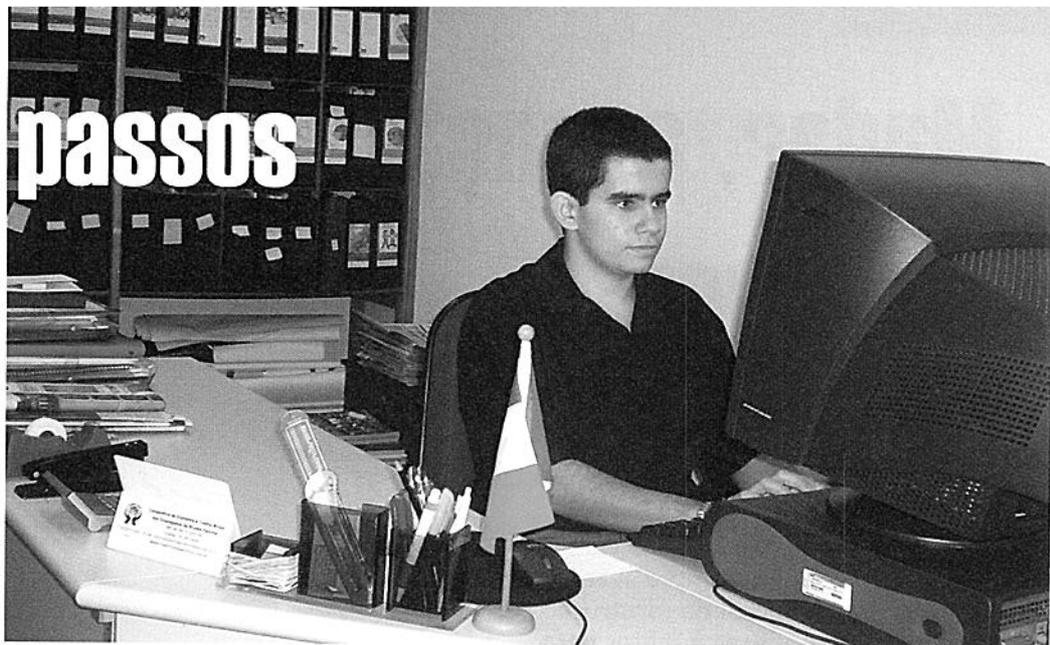
Em 1985, com um grande número de adolescentes vindos da Vila Boa Vista, o Comec teve a iniciativa de realizar suas atividades na própria comunidade. Foi um trabalho piloto com ações preventivas e de conscientização comunitária. As atividades começaram no Centro Social do bairro, e depois transferidas para uma casa cedida pela Cohab, onde passou a funcionar o Projeto Cestaria Escola. Ali, a comunidade produzia cestas artesanais.

Depois de quatro anos, as ações foram assumidas e coordenadas por representantes da comunidade. "Tínhamos a intenção de criar um espaço de convivência, no qual o adolescente era visto no seu próprio ambiente: família, escola e comunidade", lembra a psicóloga Marili Foltran Aquino.



Primeiros passos

Garotos e garotas passam por capacitação até serem encaminhados ao mercado e trabalho; acompanhamento continua até os 18 anos



Adolescente tem oportunidade de iniciar carreira em multinacional



“Eu achava que nunca saberia o que fazer numa entrevista por emprego, como vestir, o que falar, como agir. Acho que hoje eu me sairia bem”. Aos 15 anos, Samuel de Medeiros Barreto aguarda ansioso a oportunidade de começar a trabalhar. Há pouco mais de um ano participando da capacitação de adolescentes oferecidas pelo Comec, Samuel se vê hoje muito mais preparado para disputar um espaço no concorrido mercado de trabalho.

O Comec oferece a 60 jovens um curso de capacitação que prepara garotos e garotas para exercerem a função de auxiliar administrativo. Mas a preparação, que faz parte do *Programa Educação para e pelo Trabalho*, vai muito além disso. Traz oficinas e atividades multidisciplinares, curso de informática e acesso livre ao computador e à internet, além da ampliação da capacidade de comunicação e expressão.

A timidez dos adolescentes, por exemplo, pode ser superada depois do convívio no Comec. Bruna Amâncio Evangelista dos Santos, de 16 anos, lembra que não conseguia se comunicar em grupo ou mesmo em conversas com pessoas desconhecidas. “Eu aprendi muito, era tímida e agora aprendi a me expressar”, conta.

Estas conquistas se devem em parte ao método utilizado pelo Comec,

que aboliu em suas atividades o quadro e o giz e usa técnicas de dinâmica de grupo e de psicodrama. “As atividades em grupos começam com uma discussão sobre vivência, sobre ‘quem sou’, e discutem também temas como família, sociedade, cidadania, sexualidade, drogas, violência e temas da atualidade. E tudo isso com uma preparação do que eles precisam para a função de auxiliar administrativo”, explica a terapeuta ocupacional Lucila Ferrari Clareto.

Capacitação

A capacitação é o primeiro passo dentro do Comec para que o adolescente garanta seu espaço no mercado de trabalho. A preparação pode durar de 6 a 18 meses, dependendo da idade do jovem e da oferta de vagas. Atualmente, 193 adolescentes estão trabalhando em instituições parceiras do Comec.

Em 2004, 93% dos jovens que fizeram a capacitação no Comec conseguiram uma vaga para trabalhar. É um índice que provoca orgulho, principalmente quando comparado a outro: 68% dos jovens deixaram o trabalho apenas quando completaram 18 anos, idade limite para continuar no programa. E não são raros os casos de jovens que depois da experiência estimulada pelo Comec, conseguem um lugar no mercado de trabalho.

Resgate



Foto de 1983 com a primeira turma de funcionários do Comec, em frente à antiga sede, em uma sala da Guardinha. Da esquerda para a direita: Prisciliana Accioli, Fátima Marialva de Jesus, Marta Siqueira, Rubens Noronha (fundador), Cecília Menezes, Maria Lúcia Debani e Marili Foltran Aquino.

À frente de seu tempo

Silvio Spinella



Em 1980, quando ainda se falava em menores infratores e em código do menor – que na verdade era um código penal para crianças e adolescentes – o Comec surgiu para dar um novo rumo ao atendimento aos jovens que praticassem algum tipo de infração. Ainda com o nome COMI, a nova instituição não se conformava com a idéia de que jovens em formação tivessem como destino a privação da liberdade.

Mais de dez anos depois, é finalmente aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, o ECA, que substitui o Código de Menores. O ECA prevê a medida sócio-educativa de liberdade assistida como uma das opções para os jovens autores de atos infracionais construir um novo caminho. O ECA veio sedimentar o trabalho do Comec e confirmar que a instituição, há mais de uma década, caminhava à frente de seu tempo.

Assim, o Comec foi a primeira entidade de Campinas e região capacitada a receber os jovens em medida de liberdade assistida.

Mas auxiliar os adolescentes que cometessem alguma infração ainda era pouco. No início da década de 90 começamos o programa com jovens

de famílias em situação de risco. Garotos e garotas passaram a ser capacitados e tiveram a primeira oportunidade no mercado de trabalho. E uma década depois, mais uma vez o Comec se coloca à frente, sendo a primeira entidade a se preparar diante da nova Lei do Aprendiz (Lei 10.097/00).

O Comec sempre entendeu que é impossível dar um atendimento adequado ao jovem se não trabalhar com a sua família. Grupos de responsáveis foram criados desde o início e, finalmente, em 2001 o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar foi registrado no Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente.

Talvez hoje o mais importante desafio do Comec seja encaminhar adolescentes que cometeram ato infracional ao mercado de trabalho. Mas para isso, o jovem tem que dar a grande virada na sua vida. Fazer da virada da adolescência, uma mudança que provoque o rompimento com a vida infracional e a entrada no mundo do trabalho e na vida em comunidade. Colaborar na eliminação dos preconceitos e ajudar o adolescente a fazer esta virada é o que queremos.

Silvio Spinella é presidente do Comec

Resgate

O Comec surgiu em 1980 para preencher a falta de opções no atendimento de jovens autores de infração. A iniciativa foi do então juiz de Menores Rubens Andrade Noronha (esq.) e do curador de Menores, **Hermano Santamaria**. O primeiro nome era Comi – Centro de Orientação ao Menor Infrator e funcionava em uma sala cedida pela Associação de Educação do Homem de Amanhã (Guardinha).

A palavra infrator desapareceu logo. Em 1983 o Comi passou a se chamar Comec – Centro de Orientação ao Menor de Campinas.



Expediente

Comec – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas

Endereço: R. Abolição, 92, Ponte Preta
CEP: 13041-445 - Campinas - SP
Telefone/Fax: (19) 3234-1749
www.comec.org.br

e-mail: coordenadoria@comec.org.br
Filiado à FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
Órgão de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal

Diretoria:

Presidente: Silvio Aparecido Spinella
Vice-Presidente: Delma Ap. de Lima
Diretor Administrativo: Alex Neves Scurio
Suplente de Diretor Administrativo: Carmem Fernandes
Dir. de Captação de Recursos: Marisa Roesler
Suplente de Diretor de Captação de Recursos: Vanja Porto
Diretora de Comunicação e Marketing: Sultana da Conceição Gonçalves da Silva

Conselho Fiscal

João Frederico da Costa Azevedo Meyer
Hermano Santamaria
Omar Edgard Soltermann

Coord. Geral: Elena Homem de Mello Meyer
Superv. Institucional: Oswaldo Di Loreto

Equipe administrativa:

Coordenadora: Rita C. Reis Mariano
Aroldo Vicente Souza Neto
Cláudia Daniela da Silva Carneiro
Eurípedes Ferreira
Márcio Siqueira
Maria de Lourdes Bernardino Mateus
Naath Queiroz de Andrade
Renato Pereira de Souza

Coord. Financeira: Luciana Beltran Telles

Liberdade Assistida

Coord.: Larissa Mazzotti Santamaria
Beatriz M. R. de Soltermann
Christine Rodrigues de Souza
Marili Foltran Aquino
Regina M. Morawska Vianna
Silmara Cristina Ramos Quintana

Educação para e pelo Trabalho

Coord. Maria Inez Torres Montenegro
Kédma Campos
Lucila Ferrari Clareto
Luiz Roberto Mondino
Maitê Menegazzo Allegretti
Roberta Dantas de Oliveira Santos
Rosalina Ogido
Sílvia Dominique Medeiros
Tâmara Harumi Yamagute
Vera Lúcia Bruno

Informática

Coord.: Eduardo Valente de Barros Barreto
Mauro Roberto de Moraes

Revista Comec é uma publicação comemorativa dos 25 anos do Comec

Jornalista Responsável:

Wanderley Garcia MTB MG06041
Fotos: Arquivo Comec
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Gráfica Tecla Tipo